



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS
HABILITAÇÃO EM LÍNGUA FRANCESA

ANA GABRIELA MIRANDA BARROS

**O PAPEL DA FRANCOFONIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
FRANCÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA**

JOÃO PESSOA
ABRIL DE 2019

ANA GABRIELA MIRANDA BARROS

**O PAPEL DA FRANCOFONIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
FRANCÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Letras, habilitação em Língua Francesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosalina Maria Sales Chianca

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Karina Chianca Venancio

JOÃO PESSOA

ABRIL DE 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B277p Barros, Ana Gabriela Miranda.

O PAPEL DA FRANCOFONIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
FRANCÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA / Ana Gabriela Miranda
Barros. - João Pessoa, 2019.

114 f. : il.

Orientação: Rosalina Chianca.

Coorientação: Karina Chianca.

TCC (Especialização) - UFPB/CCHLA.

1. Formação profissional, francofonia, diversidade. I.
Chianca, Rosalina. II. Chianca, Karina. III. Título.

UFPB/CCHLA

ANA GABRIELA MIRANDA BARROS

**O PAPEL DA FRANCOFONIA EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
FRANCÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Letras, habilitação em Língua Francesa.

Data de Aprovação: / /

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rosalina Maria Sales Chianca (UFPB)
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Karina Chianca Venâncio (UFPB)
Coorientadora

Prof.^a Dr.^a Ana Berenice Peres Martorelli (UFPB)
Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Alyanne de Freitas Chacon (UFPB)
Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. José Roberto Andrade Féres (UFPB)
Examinador Suplente

La vie n'est qu'une pièce de
théâtre dont chacun a son
rôle à jouer...

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha família, que muito me ensina, em especial à minha mãe e melhor amiga, Iara Maria Miranda Barros, a mulher que mais admiro no mundo, por sua dedicação, generosidade e confiança depositada em mim, e ao meu pai e amigo Manuel Barros da Silva, que me estimulou desde cedo a seguir o caminho das Letras, o qual sempre serei grata por isso, além das minhas irmãs, Ana Paula Miranda Barros, Manuela Miranda Barros e Michele Cristiane Miranda Barros, e dos sobrinhos que tanto amo e admiro.

Agradeço a todo apoio e conhecimento que me foi proporcionado pelos meus amigos irmãos Pzeus Felipe Fernandes Rodrigues, Laura Coura Nardy, Astrée Cleyet-Merle, Nina Tainná Dornelas Fernandes e Fabiano Francisco Oliveira Lima.

Sou igualmente grata à minha turma de Francês na UFPB e a todos os meus professores dessa instituição, que muito contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional, em especial à Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Bezerril Cardoso, ao Prof. Dr. Zacarias Dias Paredes Filho, à minha Coorientadora Prof.^a Dr.^a Karina Chianca Venancio e ao Prof. Dr. José Roberto Andrade Féres. Também agradeço às minhas formadoras, amigas da Aliança Francesa de João Pessoa, Sandra Paiva e Miriam Pereira de Luna, à minha equipe CELEST, que sempre me acolhe e apoia os meus projetos, à equipe da Université Jean Moulin Lyon III, que me impulsionou e contribuiu de maneira significativa para os meus estudos em Francofonia, principalmente na formação que fiz junto a instituição Jean Moulin, *La Francophonie: Essence Culturelle, Nécessité politique*, em especial ao Prof. Jean François Simard e ao Prof. Jean Tabi Manga.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Rosalina Maria Sales Chianca, pessoa e profissional que tem a minha mais profunda admiração e respeito pelo seu trabalho e militância. À senhora, o meu mais sincero obrigada.

RESUMO

Sabemos que língua e cultura são indissociáveis, tendo em vista os diálogos que elas estabelecem em seus diversos contextos de uso. Neste Trabalho de Conclusão de Curso, propomo-nos a estabelecer uma pesquisa de cunho qualitativo sobre as análises do ementário do curso de Letras Habilitação Língua Francesa da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Emitimos a hipótese de que a Francofonia não é apresentada de maneira explícita nas ementas das diferentes disciplinas do Curso. Propomos uma reflexão sobre a formação do licenciando em Letras Francês, no que tange a presença da francofonia que, a nosso ver, pode ser uma ferramenta valiosa para trabalhar a diversidade sociolinguística e cultural da língua francesa. Para realizar este trabalho, apoiamo-nos nos documentos oficiais que regem o Curso de Letras da UFPB, tal como o seu Projeto Pedagógico, no qual analisamos os ementários das disciplinas a serem cursadas na graduação, bem como três resoluções de documentos oficiais da Organização Internacional da Francofonia, a saber: *Statuts et Modalités d'adhésion*, *Textes Fondamentaux de la Convention relative à l'Agence de Coopération Culturelle et Technique* e *Charte de la Francophonie*, que visam justamente apoiar a educação, a formação, o Ensino Superior, a pesquisa, a promoção linguístico-cultural do francês, a democracia e os direitos humanos. Dividimos este trabalho em dois capítulos, com o primeiro apontando as concepções fundamentais para o desenvolvimento da nossa análise, apoiando-se nos autores da linguística aplicada. Em seguida, no segundo, analisamos os ementários do Curso de Letras Francês, buscando as marcas da Francofonia.

Palavras-chave: Formação profissional, francofonia, diversidade sociocultural.

RESUMÉ

Il est su que la langue et la culture sont inséparables, au vu des dialogues qu'elles entretiennent dans leurs différents contextes d'utilisation. Dans ce travail, nous proposons d'établir une recherche qualitative sur l'analyse du cursus de Lettres de l'Université Fédérale de Paraíba. Nous émettons l'hypothèse que la Francophonie n'est pas explicitement présentée dans le programme des différentes disciplines du cours. Nous visons à proposer une réflexion sur la formation des licences en Lettres mention FLE concernant la présence de la Francophonie. La Francophonie peut être un outil précieux pour travailler la diversité sociolinguistique de la langue française. Pour accomplir ce travail, nous nous appuyons sur les documents officiels régissant le cours de Lettres de l'UFPB, tels que le projet pédagogique du cours, dans lequel nous analysons les sujets des disciplines à assister pour l'obtention du diplôme, ainsi que trois résolutions de documents officiels de l'Organisation Internationale de la Francophonie, à savoir : statuts et modalités d'adhésion, textes fondamentaux de la Convention relative à l'Agence de coopération culturelle et technique et la Charte de la Francophonie, qui visent à soutenir l'éducation, la formation, l'enseignement supérieur, la recherche, la promotion linguistique culturelle de Français, la démocratie et les droits de l'homme. Dans ce travail, nous le divisons en deux chapitres : le premier souligne les conceptions fondamentales pour le développement de notre analyse, nous nous appuyons sur les auteurs de la linguistique appliquée. Ensuite, nous analysons le programme du cours de Lettres Françaises à la recherche des marques de la Francophonie.

Mots-clés : formation professionnelle, Francophonie, diversité socioculturelle.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Francofonia

Figura 2 - Fluxograma do Curso de Letras habilitação francês da UFPB (manhã)

Figura 3 - Fluxograma do Curso de Letras habilitação francês da UFPB (noite)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fonética e Fonologia, ementários

Quadro 2 – Literaturas e ementários

Quadro 3 - Os Estágios Supervisionados e a formação docente

Quadro 4 – Língua Francesa e os seus ementários

Quadro 5 - Objectifs et Missions de la Francophonie

Quadro 6 - Objetivos e Missões da Francofonia

LISTA DE SIGLAS

ACCT - Agência de Cooperação Cultural e Técnica

CELEST - Centro de Línguas Estrangeiras da Prefeitura Municipal de João Pessoa

CODISMA - Cooperativa Cultural e Distribuidora de Material Escolar da UFPB de Responsabilidade LTDA.

DLEM - Departamento de Letras Estrangeiras Modernas

DLCV - Departamento de Letras Clássicas e Vernácula

DLPL - Departamento de Língua Portuguesa e Linguística

LD – Livro Didático

LDB - Leis de Diretrizes e Base

OIF – Organização Internacional da Francofonia

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPC - Projeto Pedagógico Curricular

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DIVERSIDADE LINGÜÍSTICO-CULTURAL, FRANCOFONIA E FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA FRANCESA.....	15
1.1. Língua como expressão sociocultural	16
1.2. O professor mediador entre a língua materna e a língua do outro	18
1.3. A francofonia como ferramenta de descoberta da pluralidade linguístico- cultural da língua francesa.....	20
2. CONTEXTO METODOLÓGICO.....	23
2.1 O Curso de Letras/Francês, sua estrutura curricular, seu ementário e a formação pluricultural do ingressante.....	24
2.2 Aulas de Língua Francesa e a formação linguístico-cultural do futuro professor de FLE.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	41

INTRODUÇÃO

Acreditamos que o professor desempenha um papel fundamental na formação educacional e cidadã de seus alunos, pois este também é um participante ativo do desenvolvimento pessoal e profissional dos mesmos. Esse professor, além de ter a função de facilitador dos diversos tipos de conhecimentos que se apresentam no decorrer do processo de ensino/aprendizagem, também é um dos responsáveis pelo despertar do pensamento crítico-social de seus alunos, além de impulsionar o saber agir, o saber viver em respeito ao espaço do outro visto e a busca através do seu trabalho para o exercício da cidadania. Pensando nisso, buscamos compreender o processo de formação desse docente.

A nosso ver, é importante que o professor esteja em processo de desenvolvimento profissional contínuo, iniciado ainda na graduação. Nossa pesquisa tem um olhar reflexivo sobre o professor formador de língua estrangeira, mas especificamente o de francês, interessada em descobrir de que maneira acontece a sua formação, ou seja, o que é trabalhado no período de graduação junto ao licenciando para com que este, ao final do Curso de Letras Habilitação em Língua Francesa, esteja sensibilizado à tomada de posições frente ao formar sociocultural dos seus alunos. Para nós, uma das ferramentas possíveis para este despertar nos futuros professores seria o papel da Francofonia em seu desenvolvimento profissional, pois ela não diz respeito somente aos espaços dos falantes do francês representa, mas também, no seu labor, ao respeito, à empatia, à solidariedade à língua-cultura do outro.

Ceux qui au sein de l'espace francophone, notion plus floue mais plus féconde que celle de francophonie, ont en partage la pratique du français et tiennent à conserver cet héritage de l'histoire et de la pensée humaine sans pour autant renoncer à leurs langues, à leur culture et à leur identité (CUQ, 2003, p. 112).¹

Segundo Michäelle Jean, Ex-Secretária Geral da OIF², de 2014 a 2018, “ce qui

¹ “Aqueles no mundo francófono, uma noção mais vaga, mas mais fértil que a da Francofonia, compartilham a prática do francês e querem preservar essa herança da história e do pensamento humano sem renunciar às suas línguas, sua cultura e sua identidade” (Tradução nossa).

² A Organização Internacional da Francofonia (OIF) é uma entidade legal de direito internacional público e tem personalidade jurídica, com sede em Paris. Ela será apresentada mais detalhadamente no primeiro capítulo do nosso trabalho. Cf Site da referida Organização. Disponível em <<https://www.francophonie.org/L-Organisation-internationale-de-la-Francophonie-42707.html>>. Disponível em : 21 abr. 2019.

fonde la francophonie c'est aussi un idéal, un idéal qui s'appuie sur l'humanisme, intégral et universel”³, o que a OIF apresenta na sua descrição⁴, podendo ser observada no site da organização⁵ como sendo a sua missão, tais como a instauração e o desenvolvimento da democracia, apoiar a educação, a formação, o ensino superior e a pesquisa, promover a paz, a democracia e os direitos humanos, além, é claro, da língua francesa e da sua diversidade cultural e linguística. Isso tudo, a nosso ver, faz parte de uma concepção que temos sobre o papel a ser desempenhado pelo professor em sala de aula.

Levantamos, assim, a hipótese que a Francofonia não é apresentada de maneira explícita nas ementas das diferentes disciplinas ministradas, cabendo apenas ao professor que, por sua vez, em nosso parecer, deve ter consciência da presença e da importância deste aspecto e o desenvolver na sua prática didático-pedagógica. Sabemos que, além dos objetivos conteudísticos, o professor deve focar os diferentes aspectos lexicais, diversos em qualquer comunidade de pertença, ligados às diferenças socioculturais, às visões de mundo, entre outros aspectos. Portanto, cremos que cabe também ao professor, durante o processo de ensino/aprendizagem de língua estrangeira, abordar a Francofonia, tê-la como ferramenta didático-pedagógica.

Visamos analisar e refletir sobre a formação do licenciando em Letras Habilitação Língua Francesa da Universidade Federal da Paraíba, tendo em vista o seu percurso acadêmico, com a Francofonia como ferramenta importante do desenvolvimento pessoal e profissional desse pósterio educador, mostrando que é de grande importância a sensibilização desta, ou mesmo a tomada de consciência dos diversos espaços sócio-históricos e culturais ocupados pela língua francesa, pois o processo de ensino aprendizagem de língua estrangeira não é só transmitir o conhecimento linguístico, mas também as cargas que a língua traz consigo, em seus diversos contextos de uso.

Logo, acreditamos que o professor deve ser sensibilizado para esse olhar sobre a importância da presença da Francofonia na sua própria formação ainda em processo na universidade. Por este motivo, propomo-nos a investigar este conceito a nosso ver fundamental para a tomada de consciência de uma pluralidade linguístico-cultural e para

³ “A base da Francofonia é um ideal, sendo este humanista e Universal” (Tradução nossa).

⁴ O texto original se encontra em língua francesa e é de nossa autoria a análise de alguns dos princípios deste em língua portuguesa do Brasil.

⁵ Disponível em: <<https://www.francophonie.org/-Qu-est-ce-que-la-Francophonie-72-.html>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

a formação do cidadão, visando, no contexto universitário, a preparação para o mundo do trabalho e para a vida social do graduando.

Desenvolveremos uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, tendo como *corpus* os documentos oficiais institucionais que regem o Curso de Letras, com enfoque na licenciatura de Francês, com apoio, sobretudo, no ementário das matérias que compõem o referido Curso. Propomo-nos igualmente a apresentar, a título ilustrativo do que propomos discutir, um questionário junto a professores de línguas estrangeiras.

Nosso TCC será constituído de dois capítulos. No primeiro, buscamos compreender conceitos essenciais para a nossa pesquisa, para a reflexão analítica dos aspectos acima mencionados, buscando verificar a hipótese que levantamos junto à nossa pergunta de pesquisa, a saber: o ementário das matérias do Curso prioriza a tomada de consciência da diversidade linguístico-cultural da língua francesa, presente nos cinco continentes? No segundo, analisaremos, através de documentos institucionais, como se dá a construção da formação do professor, no decorrer de sua formação acadêmica. Dentre outros textos, como *Statuts et Modalités d'adhésion* da OIF⁶. *Textes Fondamentaux de la Convention relative à l'Agence de Coopération Culturelle et Technique*⁷, analisaremos o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do referido Curso, a fim de saber quais disciplinas serão cursadas ao ingresso do aluno na instituição, em quais destas se prevê em sua ementa estabelecer um diálogo com a pluralidade linguística e cultural dos diversos países que têm como língua de partilha o francês, ou seja, onde, dentro desta primeira capacitação de futuros professores, há uma sensibilização às diversas vozes do francês língua estrangeira.

⁶ Estatuto e Modalidades de adesão da Organização Internacional da Francofonia.

⁷ Textos Fundamentais da Convenção da Agência de Cooperação Cultural e Técnica.

1. DIVERSIDADE LINGÜÍSTICO-CULTURAL, FRANCOFONIA E FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA FRANCESA

Através dos tempos, o homem busca se expressar, seja por desenhos, gravuras, rituais, regras e também pela língua, pois estabelecer comunicação se mostra primordial nas diversas interações pessoais. O homem foi feito para viver em sociedade, comunicando-se para e na mesma; é da sua natureza que isso seja feito. Uma das formas mais comuns que observamos nesse processo é pelo uso da linguagem, mais especificamente da língua. Para Marcuschi, (2008, p. 1) a linguagem é uma forma psíquica, antropológica, na qual o homem busca se expressar, sendo a língua um meio pelo qual é estabelecida comunicação através da fala que, por sua vez, obedece a regras estabelecidas no(s) meio(s) social(ais).

Foi percebida a importância do estudo da língua a partir da necessidade que se teve de traduções de escritos religiosos. Língua apresenta dois aspectos de compreensão. O primeiro diz respeito a aspetos abstratos e sistemáticos: “A língua é então tida como um sistema abstrato de signos que podem ser estudados separadamente ou concomitantemente de acordo com teorias, evolução, aspectos fonéticos e fonológicos, morfologia, léxico, sintaxe, semântica. Para este aspecto da linguagem, podemos usar a palavra idioma como sinônimo de língua” (CUQ, 2003, p. 147)⁸. Já o segundo aspecto se trata da língua em uso, levando em consideração as variantes geográficas, sociais, entre outras. Estes fatores “atuam constantemente uns sobre os outros, mutuamente mudam e modificam dentro de uma mesma comunidade linguística” (CUQ, 2003, p. 147). Com isso, acreditamos que a língua pode estar ligada à cultura, à história, às diversas realidades das sociedades que se expressam por meio dessa. Logo, estudar uma língua estrangeira vai além de uma simples aquisição de conhecimentos linguísticos, sendo também uma imersão em um novo mundo.

Segundo Rajagopalan (2003, p. 26), em um primeiro momento, a linguística era conceituada como algo fechado em si e autossuficiente: “Para Saussure (1959), o pai da linguística moderna, trata-se de uma questão óbvia demais para merecer qualquer discussão mais aprofundada”. Através de todo um avanço no decorrer dos anos, novas tendências começaram a se mostrar relevantes. Com o processo de globalização, torna-se indispensável a interação de sociocultura e língua; logo, percebe-se então, dentro

⁸ O texto original se encontra em língua francesa e é de nossa autoria a sua análise resumida, apresentada neste capítulo, em língua portuguesa do Brasil.

deste mesmo processo, a construção identitária linguística, visto que esta se encontra atrelada a costumes e hábitos linguísticos de seus falantes.

Apoiando-nos em Yunes (apud. VASCONCELOS, 2006, p. 14), podemos apontar que se pode compreender o processo de ensino/aprendizagem de língua estrangeira também como uma construção de conhecimentos socioculturais que permitem a ampliação do conhecimento que “funciona como ferramenta para a valorização e para o respeito, convívio de diferentes culturas, afinal o mundo contemporâneo, está ficando cada vez mais multi-pluri-inter e transcultural”.

1.1. Língua como expressão sociocultural

Para Pérez (2012, p. 250), Bakhtin coloca que “a verdadeira essência da língua não repousa na interioridade dos sistemas linguísticos, mas sim no processo social de interações verbais.” Sendo assim, o referido filósofo propõe o meio social como o centro organizador da atividade linguística, refutando a identidade do signo como mero sinal, desvincilhado do contexto sócio-histórico e cultural. A compreensão da palavra não pode ser dada apenas pelo reconhecimento do seu signo linguístico, mas por seu sentido contextual particular. Nos processos de interações sociais, toda palavra carrega consigo um teor ideológico materializado inconscientemente em signos (PÉREZ, 2012, p. 250).

Língua, sendo esta materna ou estrangeira, é o traço histórico, sociocultural de um povo ou das diversas populações e sociedades que compartilham da mesma para se expressar, sendo, assim, uma marca única, com características próprias e singulares. Segundo Bueno (1965, p. 1277), a palavra “estrangeiro” provém do francês antigo *estränge* (hoje *étranger*), desde do século XII, que, por sua vez, vem do latim *extranĕus* e que dizia respeito a tudo aquilo que era/vinha de fora, ao que se é estranho, diferente ao que se está habituado. Logo, conhecer uma realidade diferente da sua tem a ver com aprender uma língua estrangeira, pois estamos sujeitos a contextos diferentes de uso da nossa língua materna.

É importante ressaltar que estudar uma língua estrangeira⁹ é tornar-se mais preparado para um mercado de trabalho globalizado, com uma maior eficiência de desempenho em contextos internacionais, como relações político-comerciais,

⁹ Segundo Cuq (2003, p. 150), a língua dita estrangeira é toda aquela que não é materna, classificação pautada em três características: as distancias geográficas, as linguísticas e as culturais.

econômicas e científicas. Entretanto, dentro desse processo, encontramos o estudo de línguas estrangeiras não somente como um instrumento de comunicação social, mas também e, sobretudo, um meio de imersão do aprendente em uma nova cultura, visando à troca de vivências socioculturais e a ampliação do conhecimento de mundo como falante de uma nova língua.

Isso acontece na medida em que os novos conhecimentos adquiridos são incorporados aos que já se possui enquanto tal, em um processo de reformulação de conhecimentos agregados às nossas construções íntimas e pessoais, tais como valores sociais, inteligência emocional, autoestima, criatividade, um conjunto de características psicossociais que atuam nas diversas formas de pensar, sentir e agir do indivíduo. Acreditamos que estudar uma língua estrangeira é um fator chave para o crescimento profissional, esta que vem sendo cada vez mais requisitada pelo mercado de trabalho com o processo contínuo da globalização. Admitimos que o aprendizado de um outro falar, uma outra maneira de se comunicar, é um processo que está ligado de maneira significativa aos mais diversos fatores sócio-históricos e culturais, que não só compõem as suas construções linguísticas, mas também refletem os diversos meios em que a língua se faz presente, como, por exemplo, cidades, estados, países que compartilham deste mesmo falar linguístico.

A família, os amigos, os diversos grupos sociais frequentados em nossos cotidianos atuam como agentes em meio a esse processo, pois essa aquisição de conhecimentos linguísticos decorre principalmente desses contatos, desde a primeira infância. A escola aparece também como lugar de constituição de valores, conhecimentos, disciplina, formação social e educacional, tendo o professor um papel importantíssimo nessa nova fase de vida dos indivíduos que é o ambiente educacional.

Logo, entendemos que aprender uma língua pode ser uma imersão em sociedade, pois será principalmente através dela que as interações interpessoais se darão, em diálogo com o meio, desde quando nascemos. Essa aquisição de conhecimentos linguísticos ocorre em contato com as mais diversas esferas nas quais estamos inseridos, ou seja, em casa, na rua, na escola. Todos os referidos ambientes contribuem para que tal construção seja feita, e esta, por sua vez, é muito singular, no sentido que varia de indivíduo para indivíduo, tendo em vista aspectos históricos, sociais, culturais, familiares e escolares.

Corforme Rajagopalan (2003 p. 68), “A língua estrangeira e a cultura que a sustenta sempre foram apresentadas como superiores às dos discentes”. Após entrevistas

feitas com grupos de professores de diversas disciplinas, (cf. Anexo A), a fim de conhecer as associações feitas à língua francesa por parte desses participantes, notamos que muitas dessas associações se remetem à França como primeiro pensamento, à Torre Eiffel, ao que é chique e fino, ao vinho, entre outras imagens criadas e disseminadas socialmente. Partindo desse ponto, podemos considerar que a língua francesa pode talvez se fazer presente no imaginário comum social, ou seja, em um conjunto de ideias não aprofundadas sobre um determinado assunto, em visões de mundo que são individuais, sendo adquiridas por experiências vivenciadas por nós ou por terceiros transmitidas através da convivência, possibilitando-nos a interpretação da realidade de acordo com as nossas visões de mundo, bem como baseado em um conjunto de valores particulares a cada indivíduo que nos permite a analisar, pressupor e também agir. Logo, associações são construídas a partir de preceitos, de pensamentos, construções sociais ligadas a determinado fator, nesse caso, o francês.

Todos que nos cercam contribuem para que valores e conhecimentos dos mais variados sejam, em meio a esse processo de ensino/aprendizagem, acrescidos aos que já possuímos. Nesse contexto, o indivíduo acaba por construir também a sua identidade linguística, ou seja, como este se compreende frente a mais uma aquisição de conhecimento, nesse caso, linguística, que irá compor a maneira que este mesmo indivíduo se molda em sociedade, com características próprias a este, considerando as suas experiências pessoais no decorrer da sua vida.

[...] no momento em que começa o processo de interação com os familiares, vai prosseguindo com o decorrer das interações nos diferentes meios que circulam este indivíduo, existindo, assim, uma permanente mudança de bases identitárias. Tais bases irão se modificar à medida que este se insere nos diversos grupos sociais (CASTRO, 2007, p. 141).

1.2. O professor mediador entre a língua materna e a língua do outro

Nesse processo de aquisição linguística, encontramos o professor que, por sua vez, ocupa uma função pilar em tal construção de ensino/aprendizagem, pois será o mediador, o facilitador ou até mesmo o motivador entre os conhecimentos a serem adquiridos e as experiências, vivências e singularidades de seus alunos.

A definição no Dicionário da Língua Portuguesa de Silveira Bueno (2007, p.

626), o professor é “Aquele que professa ou ensina uma ciência, arte, mestre, homem perito ou muito hábil”, ou seja, é aquele que desempenha um papel primordial no desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos alunos. Com isso, investigamos no que consiste o trabalho do profissional docente, para sabermos se este seria também um agente ativo dos processos ensino/aprendizagem em sala de aula. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), o professor desempenha um papel primordial no desenvolvimento da sociedade através da educação; por isso, aponta-se uma necessidade de se moldar a escola tendo em vista a formação cidadã.

Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, onde progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país (BRASIL, 1998, p. 5).

A nosso ver, o professor é o agente mediador de conhecimentos, valores sociais e culturais, mediador pois o aluno é um dos agentes principais no seu processo de ensino/aprendizagem. Logo, parece-nos que há uma necessidade de mudança na postura do professor, em que este deixa de ser o detentor de conhecimento total e passa a ser uma ponte entre os conhecimentos a serem transmitidos e os seus alunos, pois o que se é aprendido tem, como propósito, para a vida em sociedade, colocar o aluno como centro do seu próprio desenvolvimento de ensino/aprendizagem e capacitá-lo enquanto indivíduo a encarar as mais diversas realidades cotidianas no decorrer da sua vida acadêmica, pessoal e profissional. Sendo assim, o professor tem um papel não apenas de ensinar conteúdos, mas também de formar, preparar para a vida social, visto que ensinar todo e qualquer tipo de ciência é uma ação agregada aos nossos conhecimentos de mundo. A LDB (Leis de Diretrizes e Base), publicada em 1996, como uma obrigação estabelecida na constituição popular de 1988 para se adequar às mudanças da mesma, traz no seu Art. 1º

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, s/p.).

Consideramos que ensinar línguas estrangeiras é trazer o aluno a uma nova realidade, na qual ele, enquanto falante da nova língua, será também inserido. Porém, como discernir em uma nova língua? Ou melhor, visto que a língua é esse traço de carga sociocultural, como fazê-lo imergir nessa nova possibilidade de interação social? Apoiando-nos em Chianca (2007), acreditamos que estudar uma língua estrangeira é saber se comportar na língua do outro, compreender as formas de ser e fazer próprios a língua estrangeira. Logo, encontra-se aí o desafio do professor de língua estrangeira: como desenvolver em sala de aula esse processo contínuo de ensino/aprendizagem.

Segundo a referida autora, há muito tempo se é percebido por etnólogos e antropólogos que a inter-relação entre língua e cultura não é mais uma questão de justaposição de ensinamentos, mas sim de complementaridade (CHIANCA, 2007, p. 37)¹⁰. Não entendemos cultura como algo culto, que se é mais valorizado em detrimento de outrem e sim, como explica Aranha (1993, p. 14), é uma das formas de se expressar em sociedade, na qual a visão de valorização daquilo que se considera culto provém de uma sociedade hierarquizada, que separa o trabalho intelectual do manual: “Na linguagem comum, o homem “culto” seria aquele que tem instrução, teve acesso à produção intelectual da civilização [...] muitas vezes só porque alguém conhece algumas línguas estrangeiras é considerado imediatamente culto”.

1.3. A francofonia como ferramenta de descoberta da pluralidade linguístico-cultural da língua francesa

Segundo a Organização Internacional da Francofonia (OIF), existem, na verdade, duas definições para o termo FRANCOFONIA: “Francofonia” com inicial maiúscula designa o conjunto de governos, países ou instâncias oficiais que partilham o uso francês como língua de negócio ou trabalho. Já “francofonia” com inicial minúscula refere-se ao conjunto de pessoas que têm em comum o uso do francês de maneira oficial ou co-oficial, como mostra o site da referida organização¹¹.

É ao geógrafo francês Onésime Reclus quem devemos a invenção da palavra francofonia, que apareceu pela primeira vez em seu trabalho “França, Argélia e Colônias”, publicado em 1880. No entanto, ele não definiu o termo “francofonia”, mas

¹⁰ O texto original se encontra em língua francesa e é de nossa autoria a sua análise resumida, apresentada neste capítulo, em língua portuguesa do Brasil.

¹¹ Disponível em: <<https://www.francophonie.org/-Qu-est-ce-que-la-Francophonie-72-.html>> Acesso em: 21 abr. 2019.

Hoje, a OIF conta com a representação de oitenta e oito estados e governos participantes, ou seja, cinquenta e quatro membros plenos, vinte e sete observadores e sete associados. Os status de “membro”, “associado” e “observador” consistem em direitos diferentes para com a organização. Por exemplo, apenas membros plenos exercem o direito de voto nos órgãos políticos da Francofonia institucional, enquanto membros associados podem participar a todas as reuniões, mas sem o status para organizá-las, enquanto observadores podem participar da cúpula e das conferências ministeriais sem participar aos debates. Ainda podemos também mencionar os membros convidados, status não previsto na Carta da Francofonia, mas sim nos termos de adesão à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo (cf. Anexo E), que destina-se a entidades ou autoridades territoriais não soberanas que solicitem participação. (STATUTS ET MODALITES D’ADHESION A LA CONFERENCE DES CHEFS D’ÉTAT ET DE GOUVERNEMENT AYANT LE FRANÇAIS EN PARTAGE, 2006, p. 7)

Acrescentamos ainda que o fato de o francês não ser a língua oficial do país requerente não é um obstáculo à sua adesão à Organização, mas sim o lugar ocupado pela língua francesa no país em questão, pois exige-se uma demonstração detalhada de uma situação satisfatória do uso do francês, assim como respeito aos seus valores como, por exemplo, diversidade cultural e linguística, conforme o artigo 1 da *Charte* (cf. Anexo F).

Logo, debruçamo-nos sobre o questionamento desse mesmo espaço a ser ocupado pela língua francesa em sala de aula através da presença da Francofonia. Buscamos compreender como a Francofonia se faz presente no ensino de francês como língua estrangeira e acreditamos que, para provocar esse despertar frente à presença dos diversos falares do francês e suas culturas em contato, o professor precisa ser sensibilizado a esse olhar que entendemos como multicultural, linguístico e cidadão. Para isso, permitimo-nos analisar como é construída essa formação do professor de francês, ainda no período da universidade.

2. CONTEXTO METODOLÓGICO

No presente Trabalho de Conclusão de Curso, realizamos uma pesquisa analítica, bibliográfica e de análise de documentos institucionais acerca da formação dos licenciandos do Curso de Graduação em Língua e Literatura francesas. Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, tendo como *corpus* os documentos oficiais e institucionais que regem o Curso de Letras, a saber: o Projeto Político Pedagógico de Curso e o ementário das matérias que compõem o referido Curso e Licenciatura, parte importante que compõe um dos itens do PPC em vigor que apoia a referida formação (UFPB, 2006, 119). Dentro de nosso *corpus*, contamos ainda com um questionário aplicado junto à equipe pedagógica no Centro de Línguas Estrangeiras da Prefeitura Municipal de João Pessoa (CELEST), no período de 18 a 22 de fevereiro, visando ilustrar, através do testemunho de alguns professores, tanto a análise levantada junto aos documentos oficiais regimentais quanto em relação à nossa pesquisa bibliográfica.

Para a realização deste trabalho, no que se refere à Francofonia, apoiamo-nos nos textos oficiais da Organização Internacional da Francofonia (OIF), como os *Textes fondamentaux - Convention relative à l'Agence de Coopération culturelle et technique, Charte de l'Agence de Coopération Culturelle et Technique, ainsi que les Status et modalités d'adhésion à la Conférence des chefs d'état et des gouvernement des pays ayant le français en partage*.¹⁴

Assim, dentro desse contexto, emitimos a seguinte pergunta de pesquisa: o ementário das matérias do Curso priorizaria a tomada de consciência da diversidade linguístico-cultural da língua francesa, presente nos cinco continentes? Partindo deste questionamento, emitimos a hipótese de que este aspecto não é apresentado de maneira explícita nas ementas das diferentes disciplinas ministradas, cabendo apenas ao professor tal tarefa. Em relação a esse profissional, por sua vez, consideramos importante ter consciência da presença e da relevância desse aspecto e desenvolvê-lo na sua prática didático-pedagógica. Temos como objetivo analisar e refletir sobre a formação do licenciando em Letras Habilitação em Língua Francesa, da UFPB, tendo como ferramenta essencial na sua formação a Francofonia, mostrando que é de grande

¹⁴ Textos Fundamentais - Convenção sobre a Agência de Cooperação Cultural e Técnica, a Carta da Agência de Cooperação Cultural e Técnica, assim como o Estatuto e modalidades para participar da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países que compartilham do francês (tradução nossa).

importância a sensibilização desta para a tomada de consciência dos diversos espaços sócio-históricos e culturais ocupados pela língua francesa. Neste segundo capítulo, em tratamos da metodologia de nossa pesquisa, propomo-nos a analisar os documentos que regem o Curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, para que, assim, consigamos refletir de forma clara sobre a formação desses futuros professores de francês.

2.1 O Curso de Letras/Francês, sua estrutura curricular, seu ementário e a formação pluricultural do ingressante

Primeiramente, o curso teve sua autorização de funcionamento em dia 29 de maio de 1952 e o seu reconhecimento em 25 de outubro de 1955. Ele conta com dois departamentos, o DLEM (Departamento de Letras Estrangeiras Modernas) e o DLCV (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas), com 3 tipos de habilitações, sendo a Habilitação I – Língua Vernácula – DLCV, a Habilitação II – Língua Vernácula e Língua Estrangeira (Inglês, espanhol ou francês) – DLCV e DLEM, e a Habilitação III – Língua Estrangeira (Inglês, espanhol ou francês). Hoje, apresenta uma configuração diferente, tendo três coordenações que gerenciam Licenciaturas de quatro habilitações diferentes: Licenciatura em Letras habilitação em Língua Portuguesa, Inglesa, Francesa ou Espanhola, Coordenação de Letras Licenciatura em Letras Clássicas (Grego e Latim) e Coordenação de Letras Licenciatura em Letras - Português (Ensino a distância - UFPB Virtual)¹⁵. O DLEM (Departamento de Letras Estrangeiras Modernas) se divide em três porções, que se referem às habilitações em Inglês, Francês, Espanhol, além do DLCV (Departamento de Letras Clássicas e Vernácula) que diz respeito às habilitações Grego e Latim. Há ainda o DLPL¹⁶ (Departamento de Língua Portuguesa e Linguística), que é um desmembramento do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV), formado pelos professores que compunham a Área de Língua Portuguesa e Linguística do DLCV.

O Curso de Letras Licenciatura possui uma carga horária de 2.880 horas/aula ou 192 créditos, contando com setenta e seis disciplinas para serem cursadas em quatro

¹⁵ Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/dlcw/contents/menu/assuntos/graduacao>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/dlpl>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

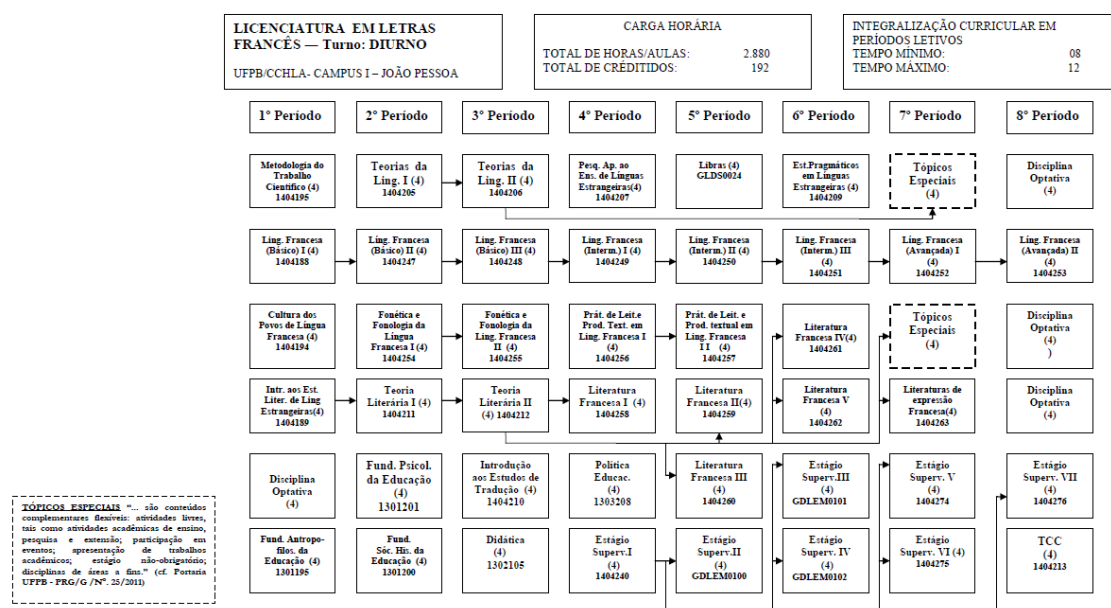
anos, no mínimo e seis, no máximo, para o turno da manhã, enquanto que em cinco anos, no mínimo, e sete anos e meio, no máximo, para o turno da noite.

O PPC (UFPB, 2006) visa sensibilizar o futuro professor para que este, em sua construção acadêmica, reflita sobre a importância da língua em meio social, sendo um agente disseminador da leitura crítica de mundo, bem como capaz de ler, analisar e produzir textos em diferentes linguagens, como podemos verificar no trecho a seguir:

O profissional de Letras deverá, ao concluir sua formação superior, estar apto a se posicionar, promover discussões e reformulações, criar novas experiências nas suas diferentes realidades, de acordo com suas possibilidades e especificidades, em diferentes situações que, evidentemente, dependem da utilização de diferentes recursos linguísticos. (UFPB, 2006, p. 5)

Dentro do que traz o Projeto Pedagógico Curricular de Letras Habilitação em Língua Francesa sobre as disciplinas a serem cursadas, trataremos diretamente da língua e da cultura francesa. Como podemos verificar no fluxograma do Curso, como mostram as Figuras 2 e 3 abaixo, dentre as disciplinas, vemos as matérias Língua Francesa, do Nível Básico I ao Avançado II, que exigem, como pré-requisito, a disciplina que as antecede. Cada uma dessas disciplinas tem uma carga horária equivalente a 60h ou 4 créditos, assim como Fonética e Fonologia I e II, Literatura Francesa de Níveis I à V, Literatura de Expressão Francesa e Cultura dos Povos de Língua Francesa. além dos Estágios Supervisionados que envolvem sete disciplinas, sendo quatro teóricas e três práticas, e Língua Francesa, que possui oito níveis, sendo três básicos, três intermediários e dois avançados.

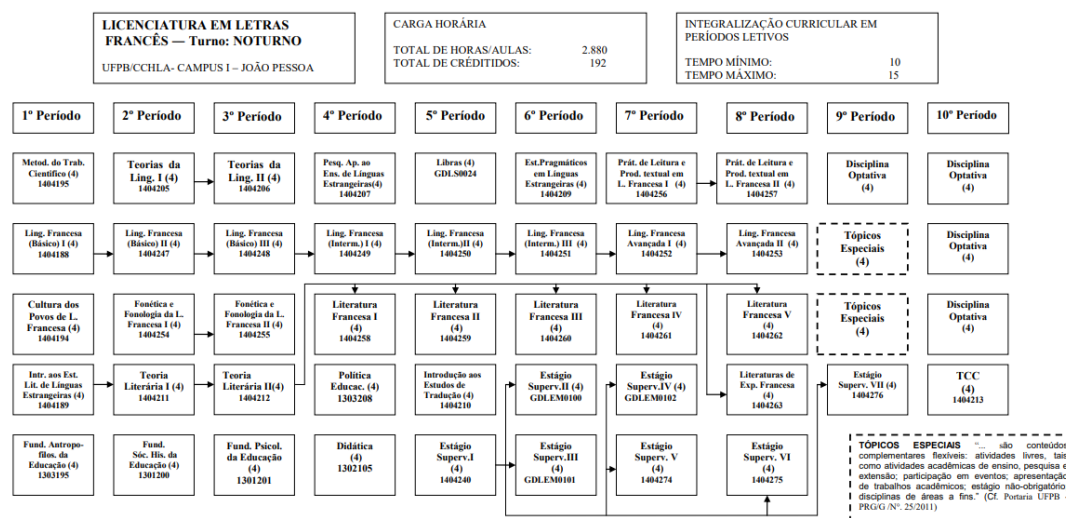
Figura 2: Fluxograma do Curso de Letras habilitação francês da UFPB (Manhã) (cf. Anexo G).



Fonte: Portal do CCHLA. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/ccl/contents/documentos/fluxograma-de-lingua-francesa-diurno_atualizado-06-11-2018.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

Figura 3 - Fluxograma do Curso de Letras habilitação francês da UFPB (Noite) (cf. Anexo H).



Fonte: Portal do CCHLA. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/ccl/contents/documentos/fluxograma-de-lingua-francesa-noturno_atualizado-06-11-2018.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

Como apresentamos no capítulo primeiro, a Francofonia é uma ferramenta valiosa para a formação cidadã em sala de FLE, visto que não se refere apenas aos sons da língua francesa, mas também às diversas realidades socioculturais que partilham a língua francesa, quer dizer, que se expressam através dela. Portanto, esse olhar sobre ela, a nosso ver, deve ser levado em consideração nas formações de professores de francês, falando em ênfase da licenciatura, em que muitos dos ingressantes ainda não

iniciaram a sua vida enquanto docente e estão descobrindo não só o idioma, mas também os diversos aspectos atrelados a ele. Isso quer dizer que essa sensibilização à francofonia deve ser feita de maneira significativa nos licenciandos, para que estes a carreguem consigo ao ingressar em sala de aula.

Notamos que, dentre as disciplinas de Fonética e Fonologia I e II, a primeira objetiva trabalhar as noções e definições preliminares pertinentes ao fonetismo do francês, mas sem estabelecer o que é considerado como pertinente à formação do aluno, sobre os estudos dos fonemas da língua francesa. Vale ressaltar que, segundo a OIF, são cinquenta e quatro países que têm como língua oficial o francês. Como podemos verificar no PPC, a referida disciplina visa tratar das “Noções e definições preliminares pertinentes ao fonetismo do francês. Estudo dos fonemas da língua francesa em contraste com o sistema fonológico do português. Estudo dos fatos prosódicos mais relevantes e transcrição fonética” (UFPB, 2006, p. 94).

Já a disciplina Fonética e Fonologia II propõe o estudo sistemático da fonética e da fonologia da língua francesa e as implicações no ensino e na aprendizagem do francês como língua estrangeira, orientando a prática de correção fonética, mas não coloca claramente, no ementário, as devidas referências para esta ação corretiva.

Quadro 1 - Fonética e Fonologia, ementários.

Disciplina	Ementa	Carga Horária
Fonética e Fonologia da Língua Francesa I	Noções e definições preliminares pertinentes ao fonetismo do francês. Estudo dos fonemas da língua francesa em contraste com o sistema fonológico do português. Estudo dos fatos prosódicos mais relevantes e transcrição fonética.	60h ou 4 créditos
Fonética e Fonologia da Língua Francesa II	Estudo sistemático da fonética e fonologia da língua francesa e as implicações no ensino e aprendizagem do francês como língua estrangeira. Prática de correção fonética.	60h ou 4 créditos

Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos também os ementários das seis disciplinas de Literatura. As Literaturas de I a V fazem apenas referência à Literatura francesa, como podemos

observar no quadro abaixo, enquanto que a VI traz como proposta Literatura de Expressão Francesa, ou seja, escritores que produzem em língua francesa, seja esta para escritores de língua materna ou segunda língua.

Quadro 2 – Literaturas e ementários.

Disciplinas	Ementas	Carga Horária
Literatura Francesa I	Introdução ao estudo da literatura francesa desde sua formação até o século XVI.	60h ou 4 créditos
Literatura Francesa II	Estudo da literatura francesa dos séculos XVII e XVIII com base no teatro clássico e nos enciclopedistas.	60h ou 4 créditos
Literatura Francesa III	Estudo da literatura francesa do século XIX.	60h ou 4 créditos
Literatura Francesa IV	Estudo da literatura francesa do século XX.	60h ou 4 créditos
Literatura Francesa V	Estudo da literatura francesa dos anos 70 à época contemporânea.	60h ou 4 créditos
Literatura de Expressão Francesa	Estudo da literatura francófona: Québec, África, Caribe, Guiana Francesa	60h ou 4 créditos

Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos, pelos fluxogramas (Cf. Anexos G e H), que essas disciplinas que tratam apenas da literatura francesa ocupam o equivalente a três períodos letivos, em um total de 300h/aula, enquanto que a Literatura de Expressão Francesa é apenas estudada ao final das demais literaturas para o turno da manhã, ou então, juntamente com a Literatura Francesa V, para o turno noturno. A disciplina em questão apresenta o equivalente a apenas 60h/aula, tendo então uma diferença de oitenta por cento em sua carga horária para as demais Literaturas que visam tratar apenas obras pertencentes ao repertório da França Hexagonal¹⁷, segundo o próprio ementário, como observamos nas páginas 95 e 96 do mesmo (Cf. Anexo I).

Ressaltamos que, como determinado na XVII Conferência da OIF, em Everan, na Armênia, realizada nos dias 11 e 12 de outubro de 2018, são oitenta e oito países sendo membros de pleno direito, associados ou observadores da OIF, que atualmente se expressam em língua francesa, sejam nações onde o francês ocupa o status de língua nacional, língua oficial¹⁸, de ensino, segunda língua¹⁹ ou língua estrangeira (como

¹⁷ Hexagonal é o termo que se refere à França Europeia, visto que esta possui territórios fora da Europa, em outros continentes, os chamados departamentos ultramarinos.

¹⁸ Língua oficial, de acordo com Cuq (2003, p. 152), é a língua adotada por um estado (ou grupo de

definimos no capítulo I) mais favorecida, isto é, mais estudada no país, status estes que são alguns requisitos exigidos para a adesão à OIF, segundo o *Status et modalités d'adhésion à la conférence des chefs d'état de gouvernement des pays ayant le français en partage*, adotados durante o IXe Sommet de la Francophonie, em Beyrouth, ocorrido de 18 a 20 outubro 2002, referendados pelo XIe Sommet de la Francophonie, em Bucarest, de 28 a 29 setembro 2006²⁰.

Como vemos, devido à abrangência de países onde a língua francesa é praticada, nos cinco continentes, questionamos o pequeno espaço que é dedicado à Francofonia nos ementários das disciplinas do Curso de Letras/Francês, na formação de futuros professores. Poderíamos adiantar que o espaço que é reservado no documento oficial que rege tal formação não nos parece significativo.

Chamamos a atenção para a Francografia, que, segundo o Dicionário de Didática do Francês, é o termo que se refere à escrita em francês, distinto da Francofonia, pois constitui o que é comumente chamado de africanidade²¹, termo que se refere ao valorizar das identidades africanas, o que, neste caso, acontece através do universo literário. Ela é caracterizada por um desejo de se desprender da realidade que escritores africanos se encontram, há tempos, confinados, mas não somente estes, como francófonos de maneira geral, que se expressam em francês na literatura para reafirmar suas identidades.

A disciplina de Cultura dos Povos de Língua Francesa, pode ser cursada sem pré-requisitos, tendo uma carga horária equivalente a 60h/aula ou 4 créditos. Ela traz como objetivo em sua ementa “Introdução à história e cultura dos povos de língua francesa. Relação entre cultura e sociedade. Diálogo entre produção e consumo de cultura. Relações interdisciplinares: história, literatura e cultura dos povos de língua francesa”. Identificamos em tal disciplina uma previsão do que o ementário sugere como proposta que, por sua vez, o professor é chamado a levar o sociocultural para a sala de aula, podendo usar como recurso a francofonia, já que o ementário propõe o diálogo entre cultura e sociedade de povos de língua francesa, ou seja, francófonos.

O Curso possui igualmente sete disciplinas de estágio voltadas para a docência,

estados), geralmente em nome da sua constituição, uma língua oficial é uma língua institucional: administração, justiça, educação, sectores legislativos e comercial etc.

¹⁹ Língua segunda é aquela que se fala no seu meio, tendo uma primeira como a maternal (CUQ, 2003, p. 109).

²⁰ O Estatuto e as modalidades para participar da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos países que compartilham do francês.

²¹ “C’est d’abord l’ambition de faire entendre au plus grand nombre de lecteurs une voix singulière: celle de l’Afrique” (CUQ, 2003, p. 111).

sendo três de cunho prático, tais como o estágio V, VI e VII, voltados para a iniciação à docência. Tendo em vista a perspectiva sociocultural, seria propício nessas disciplinas, assim como em Cultura dos Povos e Literatura de Expressão Francesa, trazer a Francofonia tanto com inicial minúscula quanto maiúscula para a sala de aula, podendo mostrar ao aluno em formação para a docência uma possibilidade também de se abordar a língua e a cultura do *outro*.

Quadro 3 - Os Estágios Supervisionados e a formação docente.

Disciplina	Ementa	Carga Horária
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	Análise e história do termo, paradigmas de investigação, pressupostos teóricos e metodológicos. A Linguística Aplicada no Brasil. Estudos atuais referentes à língua materna e estrangeira.	60h ou 4 créditos
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	Definição e áreas de interesse; influência das teorias linguísticas e psicológicas no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras; abordagens e estratégias metodológicas aplicadas ao ensino de Língua Francesa.	60h ou 4 créditos
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	O curso de Avaliação da Aprendizagem em Língua Estrangeira objetiva familiarizar o participante com os princípios teóricos e práticos básicos do processo de avaliação da aprendizagem de línguas estrangeiras permitindo uma reflexão sobre as mais diversas formas de avaliação do desempenho do aprendiz em uma língua estrangeira, como também a preparação do profissional do magistério para a elaboração, aplicação e correção de um instrumento de avaliação válido e confiável.	60h ou 4 créditos
	Análise dos princípios que fundamentam a “Linguística Aplicada à Língua	

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	<p>Estrangeira”. Estudos das interações face a face em comunidades de fala e suas repercussões quanto ao sistema de ensino de línguas.</p> <p>Fatores socioculturais envolvidos no ato da fala.</p> <p>Reflexão e aplicação das teorias da oralidade e da escrita. A avaliação e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>Utilização de suportes pedagógicos e de documentos autênticos.</p> <p>Análise de alguns Métodos (e ou lições) de ensino de Língua Francesa e das metodologias de ensino-aprendizagem adotadas.</p> <p>Iniciação à perspectiva sociocultural.</p>	60h ou 4 créditos
ESTÁGIO SUPERVISIONADO V	<p>Iniciação à docência no Ensino Fundamental e intervenção no cotidiano escolar: Aplicação de conteúdos básicos de Língua Francesa e literatura em sala de aula (leitura, produção de texto e análise linguística).</p>	60h ou 4 créditos
ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI	<p>Iniciação à docência no Ensino Médio e intervenção no cotidiano escolar:</p> <p>Aplicação de conteúdos básicos de Língua Francesa e literatura em sala de aula (leitura, produção de texto e análise linguística).</p>	60h ou 4 créditos
ESTÁGIO SUPERVISIONADO VII	<p>Iniciação à docência nos cursos livres e intervenção no cotidiano escolar: Aplicação de conteúdos básicos de Língua Francesa e literatura em sala de aula (leitura, produção de texto e análise linguística).</p>	60h ou 4 créditos

Fonte: Elaborado pela autora.

2.2 Aulas de Língua Francesa e formação linguístico-cultural do futuro professor de FLE

Analizamos também as disciplinas de Língua Francesa, que se dividem em 8 níveis diferentes, sendo o primeiro módulo o único sem pré-requisitos, mas que, como os demais, possui uma carga horária equivalente a 60h/aula. No Curso de Letras, habilitação em Língua Francesa, a equipe docente adotou recentemente o Manual Didático Édito, da editora Didier, para todos os estágios da referida matéria.

A Língua Francesa do estágio Básico 1 tem como objetivo introduzir as estruturas simples da língua francesa, como aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades de compreensão e expressão oral e escrita, objetivos propostos no PPC do Curso em vigor. Já o nível Básico 2 prevê o aprimoramento dessas estruturas, enquanto o Básico 3, a sua consolidação, como também podemos verificar nos tópicos seguintes na mesma página. O nível intermediário tem como objetivo introduzir os estudos das estruturas complexas da língua francesa, a partir dos aspectos já sensibilizados anteriormente pelos níveis básicos. O intermediário 2 fica responsável pelos seus aprimoramentos e o Intermediário 3, pela sua consolidação. Já o avançado 1 propõe o aprofundamento desses estudos das estruturas complexas da língua francesa, dentro dos mesmos aspectos e prevendo as mesmas habilidades dos níveis anteriores, enquanto que o avançado 2 coloca como objetivo por em prática a utilização das aquisições linguístico-culturais no estudo contrastivo da língua, através de tradução/versão de textos, contemplando a formação didático-pedagógica necessária do futuro docente.

Disciplina	Ementa	Carga Horária
Língua Francesa Nível Básico I	Estudo das estruturas simples da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.	60h ou 4 créditos

Língua Francesa Nível Básico II	Aprimoramento das estruturas simples da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.	60h ou 4 créditos
Língua Francesa Nível Básico III	Consolidação das estruturas simples da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.	60h ou 4 créditos
Língua Francesa Nível Intermediário I	Introdução ao estudo das estruturas complexas da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.	60h ou 4 créditos
Língua Francesa Nível Intermediário II	Aprimoramento do estudo das estruturas complexas da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.	60h ou 4 créditos
Língua Francesa Nível Intermediário III	Consolidação do estudo das estruturas complexas da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.	60h ou 4 créditos
Língua Francesa Nível Avançado I	Aprofundamento do estudo das estruturas complexas da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo	60h ou 4 créditos

	habilidades compreensão e expressão oral e escrita.	
Língua Francesa Nível Avançado II	Utilização das aquisições linguístico-culturais no estudo contrastivo da língua, através de tradução/versão de textos, contemplando a formação didático-pedagógica necessária do futuro docente.	60h ou 4 créditos

Quadro 4 – Língua Francesa e os seus ementários.

Entendemos que, para que essa prática didático-pedagógica venha a ser desenvolvida, ela deve ser proposta, ou que esses aspectos linguístico-culturais tenham sido de alguma maneira, sensibilizados pelos outros níveis, sendo que em nenhum momento isso é apontado pelas ementas. Sabemos também que, além das ementas, existem os programas, sendo estes individuais e suas criações cabendo a cada professor, com as primeiras servindo para nortear o mesmo em relação às disciplinas a serem ministradas. Então, quais aspectos linguístico-culturais seriam tratados pelo curso? De qual ou quais culturas estaria falando o ementário?

Pode-se observar que grande parte dos livros didáticos (LD) de francês língua estrangeira, como aponta Paraguai (2012, p. 35), destaca em sua maioria, questões referentes à cultura francesa (da França hexagonal) enquanto que traços de outros países francófonos, são abordados de maneira superficial.

Auger (2003) explica que na elaboração dos livros didáticos de FLE, a escolha marca o predomínio do uso do denominado francês standard falado na França e à cultura francesa da França metropolitana, acentuado quando estes são produzidos ao público iniciante [...] Quando analisamos sobre a presença de países francófonos, encontramos pouca representatividade ou quando encontradas, elas versam sobre uma abordagem turístico-geográfica sem muitas explicações sobre seu status na língua francesa e a relevância da escolha na publicação do livro didático (GOUVEIA, 2014, p. 39-40).

Nessa perspectiva, afirmamos que esses materiais podem vir a ser ferramentas que “delimita[m] a formação de representações sociais e linguísticas no que tange o pluralismo francófono” (SANTARONI, 2015, p. 90). Como apresentamos no capítulo anterior, entendemos que a língua, além de ser um instrumento pelo qual estabelecemos comunicação, também está ligada às diversas comunidades linguísticas que se expressam através da mesma. Logo, ressaltamos a importância da presença da francofonia, que permite ao aluno ter outra visão da língua francesa, pois esta, além de

ser um conjunto de elementos que constituem a linguagem falada ou escrita, como aspectos morfológicos, lexicais e fonéticos, por exemplo, também é um fator de identificação cultural. Rajagopalan (2003, p. 70) afirma que o verdadeiro propósito de se ensinar línguas estrangeiras é, sobretudo, pontificar a se comportar na língua do *outro*, apresentar outros modos de pensar e agir, transformar os nossos aprendentes em cidadãos do mundo.

Com isso, destacamos que a língua se apresenta de maneira indissociável à sociedade(s) da(s) qual(ais) ela está inserida, pois, como bem coloca Labov (2008, p. 20), “nenhuma mudança ocorre num vácuo social. Até mesmo a mudança em cadeia mais sistemática ocorre num tempo e num lugar específicos”. Logo, não existe língua sem relações de interações sociais que exercem influências mútuas de poder, das quais todos participam, direta ou indiretamente. Tomemos como exemplo as representações sociais que existem das línguas estrangeiras. No imaginário social, a língua francesa é vista como chique, fina, elegante, associada facilmente ao glamour da arquitetura, da história, da moda, entre outros aspectos ligados à França e poucas vezes associada a outros países francófonos.

Constantemente escutamos sobre a beleza e a elegância transmitidas pela língua francesa, aliadas à imagem da França e de sua História conhecida pelos seus marcantes fatos, monumentos conhecidos, uma alta costura admirada e uma requintada gastronomia, para citar alguns pontos frequentes evocados por esta língua estrangeira (PORCHER, 1986). Quando retomamos o percurso histórico do ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, observamos que a transmissão de um conteúdo cultural considerado como erudito foi difundido durante muito tempo, onde essas representações eram disseminadas e possíveis estereótipos eram perpetuados, sem uma maior reflexão sobre eles. (GOUVEIA, 2014, p. 10)

A partir das entrevistas feitas de cunho ilustrativo, com professores do Centro de Línguas Estrangeiras (CELEST) de outros idiomas, tais como alemão, espanhol e inglês, também levando em conta as informações já mencionadas, voltamos para a formação do póstero professor de francês língua estrangeira, que tem uma função sociocultural, de cunho cívico, além de linguístico.

Entendemos, desse modo, a Francofonia como sendo uma ferramenta que tem como objetivo a tomada de posicionamento frente às construções socioculturais e linguísticas. Como fora dito no capítulo primeiro, a Francofonia não se limita apenas à referência aos países que compartilham do uso da língua francesa, mas também objetiva

promover a diversidade linguístico-cultural de todos os países que se expressam por e na mesma.

l'appartenance à la Francophonie est indissociable de l'adhésion volontaire à ses principes et ses valeurs, rappelés par l'article 1 de la Charte. Le respect de la diversité culturelle et linguistique constitue l'une de ces valeurs et l'OIF soutient les langues partenaires au sein de l'espace francophone en même temps qu'elle promeut le français.²²

Acreditamos que o papel da francofonia é de grande importância na Licenciatura, pois é também através dela que o futuro professor formará a sua identidade linguística, assim como esta fará parte do seu processo de formação profissional, visando ao seu ingresso em sala de aula, a valorização da língua e da cultura do *outro*. Com isso, queremos dizer que ele será capaz de agregar novos conjuntos de características aos seus traços individuais, construídos ao longo da sua vivência, mas levando em consideração os diálogos estabelecidos por culturas e civilizações diferentes.

Visto que a língua francesa é partilhada por diversos países, é imperativo nos questionarmos sobre como esse mosaico cultural deve ser abordado na aula de FLE, pois, como Araújo (2007, p. 546), entendemos que se deve “colocar em evidência o que as diferentes culturas francófonas têm em comum entre si, e entre a cultura na qual os alunos de francês estão inseridos”, lembrando que toda cultura é plural, inclusive aquela dos alunos presentes na sala de aula.

Logo, consideramos que a Francofonia deve se fazer presente já na graduação, para que esses alunos, ao fim dos seus estudos no Ensino Superior, estejam sensibilizados a outras realidades fora a França, trazendo-as para as suas salas de aula a fim de instaurar e desenvolver a democracia e reforçar a solidariedade através de ações de cooperação multilateral, visando a favorecer a educação, a diversidade cultural e linguística, além dos direitos humanos, como também propõe a Organização Internacional da Francofonia como principal objetivo e missão.

Quadro 5 - Objectifs et Missions de la Francophonie.

Les objectifs de la Francophonie sont consignés dans sa Charte:
--

²² Pertencer à Francophonie é inseparável da adesão voluntária aos seus princípios e valores, como se afirma no artigo 1 da Carta. O respeito pela diversidade cultural e linguística é um desses valores e a OIF apoia idiomas de parceiros no mundo francófono enquanto também promove o francês. (tradução nossa).

Instauration et développement de la démocratie
Prévention, gestion et règlement des conflits, et soutien à l'État de droit et aux droits de l'Homme
Intensification du dialogue des cultures et des civilisations
Rapprochement des peuples par leur connaissance mutuelle
Renforcement de leur solidarité par des actions de coopération multilatérale en vue de favoriser l'essor de leurs économies
Promotion de l'éducation et de la formation.
Les missions de la Francophonie sont définies dans un Cadre stratégique:
Promouvoir la langue française et la diversité culturelle et linguistique
Promouvoir la paix, la démocratie et les droits de l'Homme
Appuyer l'éducation, la formation, l'enseignement supérieur et la recherche
Développer la coopération au service du développement durable

Fonte: Adaptado do site da OIF. Disponível em: <<https://www.francophonie.org/-Qu-est-ce-que-la-Francophonie-72-.html>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

Quadro 6 - Objetivos e Missões da Francofonia.

Os objetivos da Francofonia estão estabelecidos em sua Carta:
Estabelecimento e desenvolvimento da democracia
Prevenção, gestão e resolução de conflitos e apoio ao Estado de direito e aos direitos humanos
Intensificação do diálogo de culturas e civilizações
Reaproximação dos povos pelo seu conhecimento mútuo
Reforçar a sua solidariedade através de ações de cooperação multilateral para impulsionar as suas economias
Promoção de educação e formação.
As missões da Francofonia são definidas em um Quadro Estratégico:
Promover a língua francesa e a diversidade cultural e linguística
Promover a paz, a democracia e os direitos humanos
Apoiar a educação, a formação, o Ensino Superior e a pesquisa
Desenvolver a cooperação para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaborado pela autora a partir de site da OIF, em tradução própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a organização da nossa pesquisa, esta visou refletir sobre a formação dos ingressantes do Curso de Licenciatura em Letras Habilitação em Língua Francesa, possibilitando-nos um olhar mais analítico sobre o ementário do mesmo na Universidade Federal da Paraíba, para verificar se as ementas que regem as disciplinas a serem cursadas durante a graduação contam, na sua constituição, com a presença da francofonia na formação dos futuros professores de francês.

Partimos do princípio de que a francofonia é uma ferramenta valiosa para a formação cidadã em sala de FLE, visto que esta não faz apenas referência aos sons da língua francesa, mas também às diversas realidades socioculturais que partilham a língua francesa, que se expressam através dela. A nosso ver, ela não está tão presente nas formações desses futuros professores de francês, tomando como base as ementas, visto que as disciplinas também contam com os programas dos professores que as estarão ministrando naquele período, ficando a cargo deles trazer estas outras realidades da língua francesa, seja por materiais (o que, por vezes, pode ser um empecilho, falando de algumas disciplinas, como, por exemplo, Língua Francesa, em cujos manuais a francofonia é trazida apenas pelos “pontos culturais”, enquanto que pontos como festividades e cotidiano ainda se apresentam em sua grande maioria na França)

Como previsto, a França permanece como o país mais representado e utilizado para exemplificar ações do cotidiano, aspectos da educação, política, alimentação e outros. Apesar da presença dos demais países francófonos, essa permanece bastante reduzida, ocorrendo para enumerar quais países falam francês no mundo através da utilização de mapas. Quando ganham um maior destaque, observamos que os aspectos turísticos e geográficos são os mais escolhidos para a representação. (GOUVEIA, 2014, p. 62).

Consideramos que a sensibilização à francofonia possui um papel importante a ser ocupado nas formações de professores de francês, pois ela propicia tomada de consciência frente às diversidades linguístico-culturais da língua francesa, presente nos cinco continentes, visto que consideramos ser muito difícil dissociar língua dos seus diversos aspectos socioculturais. Cremos que a francofonia pode servir como uma ferramenta de desenvolvimento humano e cidadão para a sua futura prática didático-pedagógica.

REFERÊNCIAS

A.C.C.T. Agence de coopération culturelle et technique. **Textes fondamentaux.** Convention relative à l'Agence de Coopération culturelle et technique. Etats membres de l'Agence de Coopération Culturelle et Technique. Québec: Agence de coopération culturelle et technique, 1970a.

A.C.C.T. Agence de coopération culturelle et technique. **Annexe à la Convention portant création de l'Agence de Coopération Culturelle et Technique – Charte de l'Agence de Coopération Culturelle et Technique.** Convention relative à l'Agence de Coopération culturelle et technique. États membres de l'Agence de Coopération Culturelle et Technique. Québec: Agence de coopération culturelle et technique, 1970b.

ARAÚJO, Greyce Cândido de. Representações da francofonia na aula de francês língua estrangeira. In: **Anais do VI Congresso de Letras - Linguagem e Cultura: Múltiplos Olhares.** Minas Gerais, 2007, p. 324-399.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Moderna, 1996. p. 14-76.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa.** São Paulo: FTD, 2007.

CASTRO, Antonilma Santos Almeida, **Língua e identidade: problematizando a diversidade lingüística na escola,** Sitientibus, Feira de Santana, n.37, 2007, p.135-149

CHIANCA, Rosalina Maria Sales. **L'interculturel: découverte de soi-même et de l'autre.** João Pessoa: Ideia, 2007.

CUQ, Jean Pierre. **Dictionnaire de didactique du français:** Langue étrangère et seconde. Paris: CLE International, 2003.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LACOSTE, Yves. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre.** Paris: La Découverte, 2012.

MARCUSCHI. Luiz Antônio. Breve excursão sobre a Linguística no século XX. In: MARCUSCHI. Luiz Antônio. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008. p. 24-46.

PARAGUAI, Thalita Ferreira; PEREIRA, Ariovaldo Lopes. Aspectos culturais em livros didáticos para o ensino de francês como língua estrangeira. In: **Anais do**

Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (MIELT), Seminário de Pesquisa do MIELT. Goiás: UFG, 2012. p. 35-37.

PÉREZ, Leonardo Fabio Martínez. Interações dialógicas impositivas, persuasivas e polifônicas desenvolvidas entre professores de ciências em serviço. In: PÉREZ, Leonardo Fabio Martínez. **Questões sociocientíficas na prática docente:** Ideologia, autonomia e formação de professores. São Paulo: EdUNESP, 2012. p. 246-278

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica:** Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

RECLUS, Onésime.France. **Algérie et colonies.** Paris: Hachette, 1883.

SANTARONI, Suzana Darlen dos Santos. Representações da francofonia: o uso e desuso de livros didáticos na formação de professores de francês como língua estrangeira. In: BAALBAKI, Angela; CARDOSO, Janaína; ARANTES, Poliana; BERNARDO, Sandra. **Linguagem, teoria, análise e aplicações.** Rio de Janeiro: UERJ/PPGL, 2015. p. 90-100.

STATUTS ET MODALITÉS D'ADHÉSION À LA CONFÉRENCE DES CHEFS D'ÉTAT ET DE GOUVERNEMENT DES PAYS AYANT LE FRANÇAIS EN PARTAGE (adoptés par le IXe Sommet de la Francophonie (Beyrouth, 18-20 octobre 2002) et amendés par le XIe Sommet de la Francophonie (Bucarest, 28-29 septembre 2006). Paris: Service des conférences internationales de l'OIF – Division Instances, 2006

VASCONCELOS, Katia de França Monteiro. **A interação professor-estudante e a formação da cidadania em sala de aula.** Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2016.

UFPB. **Projeto político-pedagógico.** Curso de graduação em Letras. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa: 2006. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ccl/contents/documentos/ppc_letras_2006.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

ANEXOS

Anexo A

Transcrições feitas das entrevistas com os professores do CELEST no período de 18 a 22 de fevereiro.

Olá, o meu nome é Gabriela e gostaria de fazer duas perguntas para ti, se estiveres de acordo. Primeiro se apresente e logo depois eu as farei.

Pergunta 1: Você já estudou francês?

Pergunta 2: Quando pensas em Língua Francesa, qual a primeira coisa que vem a tua mente?

O meu nome é Raphaela Alves, sou professora de inglês no CELEST e nunca estudei francês e quando penso em língua francesa, penso em filme de romance e pessoas falando fazendo biquinho.

Eu sou Alla Vyctor, trabalho como professor de alemão no CELEST e na CODISMA²³; fiz alguns semestres de francês na UFPB e também em Universidades na França e na Alemanha. A primeira coisa que me vem a mente quando escuto língua francesa é baguete, Victor Hugo, os vinhos, a França em geral.

Boa tarde, eu sou Mariana Moura sou atualmente diretora do centro de línguas municipal da prefeitura de João Pessoa, vinculada a secretaria de educação assumi agora no início de 2019, mas sou servidora municipal desde 2005. Já estudei francês, comecei Letras Francês na UFPB, mas desisti. A primeira coisa que me vem a cabeça com língua francesa é a França, depois a minha mãe, pois ela é formada em Letras francês e ama a língua.

Oi, meu nome é Kaio Nunes, sou estudante de medicina na UFPB e trabalho como agente administrativo na secretaria no CELEST. Nunca estudei francês, mas sempre tive vontade. Quando penso em língua francesa, penso em viagem, Paris, relatos de amigos que já foram à França, visitar a França.

Olá meu nome é Adna Barros, sou professora de espanhol no centro de línguas municipal da prefeitura de João Pessoa, já estudei francês, há 6 anos atrás na CODISMA e deixei porque a professora morou 3 anos na Bélgica se não me engano, e falava mal do sotaque do Quebec, isso me doeu muito, pois considerei que a professora era desprepara linguisticamente temos que considerar as variantes da língua, e aquilo me travou. Quando penso em língua francesa, penso em história, o francês nas escolas no Brasil de uma determinada geração que estudava e realmente falava francês, e aprendeu francês na escola, pois foi o suficiente.

Meu nome é Rafaela Araujo Brito, sou professora de espanhol, atualmente trabalho no CELEST e no CELIM. Eu não tive contato com o francês em nenhum momento da minha vida, e quando penso em língua francesa, penso em sonoridade e sentimento, França, filmes, mesmo sabendo que a língua é falada em outros lugares, é muito vago pra mim.

²³ Anteriormente chamada de Cooperativa Cultural e Distribuidora de Material Escolar da UFPB de Responsabilidade LTDA, mudou de nome em 1990 para Cooperativa Cultural Universitária da Paraíba, mas conservando a sigla. Cf. plataforma virtual da referida cooperativa. Disponível em <<http://www.portalcodisma.com.br/>>. Acesso em 21 abr. 2019.

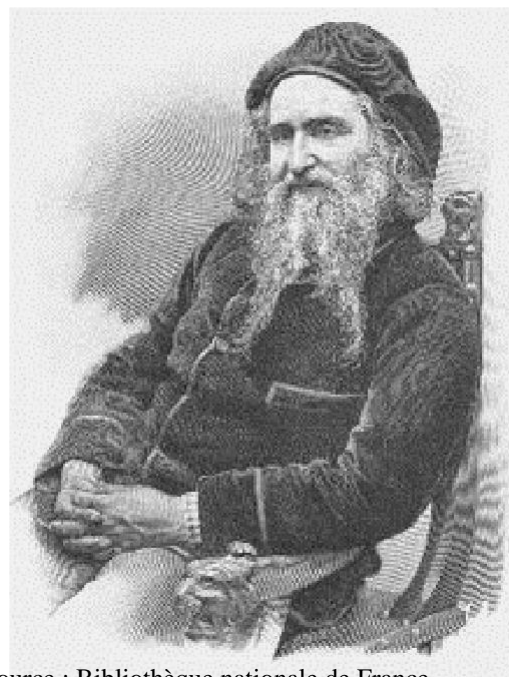
Anexo B

SEANCE 0 : AMORCE DU COURS

A. C'est quoi la Francophonie ?

Question toute simple pour commencer ce cours en ligne : c'est quoi, la Francophonie?

C'est au géographe français Onésime Reclus (1837- 1916) que l'on doit l'invention du mot « francophonie », apparu pour la première fois dans son ouvrage *France, Algérie et colonies* publié en 1880. Toutefois, il n'a pas défini le terme « francophonie » mais plutôt celui de « francophone ». D'après l'auteur, sont francophones : « tous ceux qui sont ou semblent destinés à rester ou à devenir participants de notre langue » (Reclus, Onésime, *France, Algérie et colonies*, Paris : Hachette, 1883, p. 422). Pour ce géographe, le terme « francophonie » faisait référence à un constat de géographe : existence des populations hors Hexagone parlant le français



Source : Bibliothèque nationale de France, <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k205992d/>

POPULATION PROBABLE AU 31 DÉCEMBRE 1880 :

	France.	57 650 000	
	Alsaciens, Lorrains, Wal-	500 000	
	lons d'Allemagne. . .		
EUROPE.	Belges Wallons et Bel-	2 725 000	41 600 000
	ges bilingues	90 000	
	Iles Anglo-Normandes (?)	700 000	
	Suisse française . . .	135 000	
	Vallées françaises et		
	vandoises d'Italie (?)		
ASIE.	5 000 000	
	Algérie.	210 000	3 560 000
AFRIQUE.	Bourbon et dépendances.	350 000	
	Ile de France et Sey-	1 525 000	
	chelles		
	Acadiens et Canadiens de		
	la Puissance.		
	Français de Terre-Neuve	25 000	2 580 000
	et de Saint-Pierre et	700 000	
AMÉRIQUE.	Miquelon (?)	500 000	
	Haïti.	50 000	
	Petites Antilles de langue		
	française		
	Guyane.	85 000	85 000
OCCÉANIE.	Nouvelle-Calédonie, Tai-		
	ti, etc.		
		47 825 000	

Source :

<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/layout/set/print/dossiers/d000124-la-francophonie/les-peres-de-la-francophonie>

comme langue maternelle ou langue de communication dans la société. Il estimait à plus de 47 millions de « parlants de français » dans le monde.

La date de l'invention du mot par Onésime Reclus renvoie à une situation historique de diffusion mondiale de la langue française, conséquence à la fois de l'expansion coloniale française et belge dans le monde et du rayonnement français, en Europe notamment, ce qui avait fait du français la langue des cours royales. Ce constat linguistique et géographique à la **première francophonie, la francophonie purement linguistique et coloniale.**

Anexo C

ARCHIVES A.C.C.T.

2061-4



**AGENCE
DE COOPÉRATION
CULTURELLE
ET TECHNIQUE**

TEXTES FONDAMENTAUX

- 1970 -

ARCHIVES A.C.C.T.

L'Agence de Coopération Culturelle et Technique est née à Niamey le 20 mars 1970, à l'issue d'une conférence constitutive à laquelle participaient vingt-six gouvernements de pays partiellement ou entièrement de langue française. Vingt-deux d'entre eux ont signé la Convention portant création de la nouvelle Organisation internationale dont le siège a été fixé à Paris.

Ainsi prenait forme une grande idée dont les premiers promoteurs avaient été des dirigeants politiques africains et maghrébins, idée qui correspond à la fois à l'exigence de coopération multilatérale de notre époque, et à la conviction que l'usage d'une langue commune peut faciliter l'exercice de cette coopération sous une forme originale.

On retiendra en particulier que l'objectif fondamental de l'Agence est la mise en œuvre d'une véritable coopération multilatérale dans les domaines culturel et technique largement entendus et que son premier souci, clairement énoncé dans le préambule de la Convention, est la valorisation et la diffusion de toutes les langues et de toutes les cultures représentées en son sein.

La coopération authentique ne saurait en effet être réduite à la seule assistance technique, si importante soit celle-ci. Elle est d'abord recherche attentive et fervente d'un dialogue permanent des cultures et du rapprochement des peuples dans l'ordre de l'esprit. Chaque membre de l'Agence a quelque chose à proposer comme quelque chose à recevoir. D'où la devise qui a été adoptée : égalité, complémentarité, solidarité.

- 2 -

CONVENTION RELATIVE
A L'AGENCE DE COOPERATION
CULTURELLE ET TECHNIQUE.

Les Etats parties à la présente Convention,

Conscients de la solidarité qui les lie par l'usage de la langue française,

Considérant que la coopération internationale est une aspiration profonde des peuples et qu'elle représente un facteur nécessaire de progrès,

Considérant que la promotion et le rayonnement des cultures nationales constituent une étape nécessaire à la connaissance mutuelle et à l'amitié des peuples du monde en vue de faciliter l'accès et la contribution de tous à la civilisation universelle,

Considérant qu'une coopération culturelle et technique est d'autant plus féconde qu'elle associe des peuples participants à des civilisations différentes,

Désireux de promouvoir et de diffuser sur un pied d'égalité les cultures respectives de chacun des Etats membres,

Soucieux de sauvegarder les compétences des organismes de coopération existant entre les parties contractantes,

Considérant que la résolution finale adoptée à la Conférence réunie à NIAMEY du 17 au 20 février 1969 proclamait que cette coopération devrait s'exercer dans le respect de la souveraineté des Etats, des langues nationales ou officielles, et avec le souci de promouvoir et de diffuser les cultures propres à chaque pays ou groupe de pays représenté au sein de l'Agence,

Considérant que la résolution finale de NIAMEY recommandait aux gouvernements représentés la création d'une Agence de Coopération Culturelle et Technique,

- 3 -

Acceptant ces principes dans le but de coopérer entre eux et avec toutes les autres parties intéressées pour promouvoir et diffuser leurs cultures,

Sont convenus d'établir la Convention relative à l'Agence de Coopération Culturelle et Technique, ainsi que la Charte de ladite Agence.

ARTICLE PREMIER. — *Buts et Principes.*

Le but de l'Agence de Coopération Culturelle et Technique, ci-après dénommée « l'Agence », est de promouvoir et de diffuser les cultures des Hautes Parties contractantes et d'intensifier la coopération culturelle et technique entre elles. L'Agence doit être l'expression d'une nouvelle solidarité et un facteur supplémentaire de rapprochement des peuples par le dialogue permanent des civilisations.

Les Hautes Parties contractantes conviennent que cette coopération devra s'exercer dans le respect de la souveraineté des Etats, et de leur originalité.

ART. 2. — *Fonctions.*

L'Agence, pour atteindre son but, exerce les fonctions suivantes :

- a) Aider les Etats membres à assurer la promotion et la diffusion de leurs cultures respectives ;
- b) Susciter ou faciliter la mise en commun d'une partie des moyens financiers des pays adhérents pour la réalisation de programmes de développement culturel et technique utiles à l'ensemble des adhérents ou à plusieurs d'entre eux et faire appel aux Etats membres pour réunir les ressources humaines et techniques appropriées à cette fin ;
- c) Organiser et faciliter la mise à la disposition des Etats membres des moyens nécessaires notamment à la formation des enseignants et des spécialistes de la langue et de la culture françaises ;
- d) Encourager la connaissance mutuelle des peuples intéressés par des méthodes adéquates d'information ;
- e) Aider à la formation, parmi les peuples, d'une opinion publique éclairée sur les cultures des pays représentés au sein de l'Agence ;
- f) Exercer toute autre fonction entrant dans les buts de l'Agence qui pourrait lui être confiée par la Conférence générale.

- 4 -

ART. 3. — Devise.

L'Agence adopte comme devise : Egalité, Complémentarité, Solidarité.

ART. 4. — Etats membres et Etats associés.

La Convention prévoit deux catégories d'Etats : Les Etats membres et les Etats associés.

ART. 5. — Signature, Ratification et Adhésion.

1. Tout Etat dont le français est la langue officielle ou l'une des langues officielles, ou tout Etat qui fait usage habituel et courant de la langue française, peut devenir partie à la présente Convention par :

- a) La signature sans réserve de ratification ou d'approbation ;
- b) La signature sous réserve de ratification ;
- c) L'adhésion dans les trois années suivant l'entrée en vigueur de la présente Convention.

2. La ratification ou l'adhésion devient effective par le dépôt d'un instrument officiel à cet effet auprès du Gouvernement du pays qui a accueilli la Conférence constitutive ou du Gouvernement du pays où est fixé le siège de l'Agence. Ces Gouvernements en communiquent copie à tous les membres.

3. Après l'expiration de délai fixé au paragraphe 1 du présent article, tout Etat admis en qualité de membre de l'Agence, conformément aux dispositions de l'article 3, paragraphe 2 de la Charte, deviendra partie à la présente Convention en notifiant son adhésion au Gouvernement du pays qui a accueilli la Conférence constitutive ou au Gouvernement du pays où est fixé le siège de l'Agence.

ART. 6. — Entrée en vigueur.

La présente Convention entrera en vigueur à la date à laquelle dix Etats y seront devenus parties, conformément aux dispositions de

- 5 -

l'article 3 § 1. (1)

ART. 7. — *Droit applicable.*

L'Agence est régie par la présente Convention, la Charte qui y est annexée (ci-après dénommée « La Charte ») le règlement financier, le règlement du personnel ainsi que par les autres dispositions réglementaires et décisions dûment adoptées par les organes de l'Agence.

ART. 8. — *Privileges et immunités.*

1. L'Agence possède la personnalité juridique. Elle a notamment le droit de contracter, d'acquérir et d'aliéner des biens mobiliers et immobiliers et d'ester en justice.

2. Le Secrétaire général prendra, au nom de l'Agence, et en accord avec les Gouvernements intéressés, toutes dispositions utiles pour que l'Agence se voie reconnaître les privilèges et immunités qui seraient nécessaires à son fonctionnement.

ART. 9. — *Dénonciation.*

1. Tout Etat qui est partie à la présente Convention peut la dénoncer en avisant le Gouvernement du pays qui a accueilli la Conférence constitutive ou le Gouvernement du pays où est fixé le siège de l'Agence au moins six mois avant la date de la plus proche réunion de la Conférence générale de l'Agence.

La dénonciation prend effet six mois après la date de sa réception par l'un des Gouvernements sus-mentionnés.

Toutefois, l'Etat en cause reste juridiquement tenu envers l'Agence de s'acquitter des contributions financières qu'il s'est engagé à verser mais qu'il n'a pas encore versées.

2. La dénonciation de la présente Convention par l'un ou plusieurs des Gouvernements parties à ladite Convention n'affecte nullement sa validité à l'égard des autres parties.

(1) Conformément aux dispositions de cet article, la convention est entrée en vigueur le 31 août 1970.

- 6 -

Toutefois, dans l'hypothèse où le nombre des parties contractantes tomberait au-dessous d'un minimum de dix, les Etats qui demeureraient liés par la Convention se concerteraient sur les mesures à prendre.

ART. 10. — *Amendements.*

1. La présente Convention peut être modifiée par accord unanime des Etats contractants qui notifient leur acceptation de tout amendement au Gouvernement du pays qui a accueilli la Conférence constitutive ou au Gouvernement du pays où est fixé le siège de l'Agence.

2. Les modifications entrent en vigueur trente jours après le dépôt de la dernière notification d'acceptation les concernant. Tout Etat qui n'aura pas signifié son opposition dans un délai d'un an sera considéré comme ayant accepté l'amendement.

ART. 11. — *Enregistrement.*

Dès l'entrée en vigueur de la présente Convention, le Gouvernement du pays qui a accueilli la Conférence constitutive ou le Gouvernement du pays où sera fixé le siège de l'Agence la fera enregistrer auprès du Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies conformément à l'article 102 de la Charte des Nations Unies.

EN FOI DE QUOI, les représentants soussignés, dûment autorisés à cet effet, ont signé la présente Convention.

Fait à Niamey, le 20 mars 1970, en un exemplaire unique qui sera déposé dans les archives du Gouvernement de la République du NIGER, lequel en délivrera des copies certifiées conformes à tous les Gouvernements signataires ou adhérents.



- 7 -

**ANNEXE A LA CONVENTION PORTANT CREATION
DE L'AGENCE DE COOPERATION
CULTURELLE ET TECHNIQUE**

**CHARTRE DE L'AGENCE DE COOPERATION
CULTURELLE ET TECHNIQUE**

ARTICLE PREMIER. — Objectifs.

L'Agence a pour fin essentielle l'affirmation et le développement entre ses membres d'une coopération multilatérale dans les domaines ressortissant à l'éducation, à la culture, aux sciences et aux techniques, et par là au rapprochement des peuples.

Elle exerce son action dans le respect absolu de la souveraineté des Etats, des langues et des cultures, et observe la plus stricte neutralité dans les questions d'ordre idéologique et politique.

Elle collabore avec les diverses organisations internationales et régionales et tient compte de toutes les formes de coopération technique et culturelle existantes.

ART. 2. — Fonctions.

L'Agence de coopération remplit des tâches d'étude, d'information, de coordination et d'action.

A cette fin, l'Agence, agissant par l'intermédiaire de ses organes, est habilitée à faire, ensemble ou séparément, tous actes nécessaires, appropriés ou convenant à la poursuite de ses objectifs et aux pouvoirs suivants :

a) Dresser périodiquement et diffuser des inventaires des ressources du monde francophone dans tous les domaines de sa compétence ;

b) Proposer en tant que de besoin la mise en commun d'une partie des moyens intellectuels, techniques et financiers de ses membres pour la réalisation de programmes de développement utiles à

— 8 —

l'ensemble de ses membres ou à plusieurs d'entre eux ;

c) Créer les moyens propres à assurer la diffusion la plus large et la plus rapide possible, entre tous les membres, de l'information, notamment dans les domaines de la science, de la pédagogie et de la technologie ;

d) Mettre à la disposition des membres des moyens complémentaires de formation et de perfectionnement ;

e) Contribuer à la création d'instruments communs en matière de recherche scientifique et technique, de valorisation de la recherche et de communication ;

f) Servir de lieu permanent de rencontres et d'échanges entre les spécialistes des diverses disciplines et les responsables nationaux des grands secteurs de l'activité éducative, culturelle, scientifique et technique ;

g) Susciter ou favoriser la concertation des efforts et des moyens de tous les membres, notamment dans les secteurs de pointe de la recherche, dans la technologie, dans l'éducation et dans la communication, de même que dans l'étude des problèmes de développement ;

h) Encourager la connaissance mutuelle des peuples par l'utilisation des moyens de communication de masse, par l'enseignement et par des formules originales d'échanges ;

i) Faciliter aux Gouvernements le plein accès aux sources de coopération bilatérale et internationale et, le cas échéant, mettre en œuvre des programmes précis d'assistance multilatérale ;

j) S'efforcer de maintenir toute liaison avec les organisations ou associations agissant dans le domaine d'action de l'Agence et d'assurer la plus grande cohérence et la meilleure rentabilité de toutes les initiatives ;

k) Exercer toute autre fonction entrant dans les buts de l'Agence qui pourrait lui être confiée par la Conférence générale.

ART. 3. — *Etats membres et Gouvernements participants.*

1. Tous les Etats qui sont parties à la Convention sont membres de l'Agence.

2. Tout Etat qui n'est pas devenu partie à la Convention dans

— 9 —

les conditions prévues à l'article 5 § 1 de celle-ci peut devenir membre de l'Agence s'il est agréé en qualité de membre par la Conférence générale.

3. Dans le plein respect de la souveraineté et de la compétence internationale des Etats membres, tout Gouvernement peut être admis comme Gouvernement participant aux institutions, aux activités et aux programmes de l'Agence, sous réserve de l'approbation de l'Etat membre dont relève le territoire sur lequel le Gouvernement participant concerné exerce son autorité et selon les modalités convenues entre ce Gouvernement et celui de l'Etat membre.

4. Tout Gouvernement membre de l'Agence peut s'en retirer en dénonçant la Convention dans les conditions fixées à l'article 9 de celle-ci.

De même, tout autre membre peut se retirer de l'Agence en avisant le Gouvernement du pays qui a accueilli la Conférence constitutive ou le Gouvernement du pays où est fixé le siège de l'Agence, au moins six mois avant la plus proche réunion de la Conférence générale. Le retrait prend effet à l'expiration du délai de six mois suivant cette notification.

Toutefois, le membre en cause demeure tenu d'acquitter le montant total des contributions dont il est redevable.

ART. 4. — *Observateurs, Associés et Consultants.*

1. Tout Gouvernement d'un Etat qui n'est pas partie à la Convention peut, sur sa demande, être admis par la Conférence générale en qualité d'observateur.

2. Tout Etat qui souhaiterait s'associer à certaines activités de l'Agence peut conclure avec celle-ci un accord fixant les modalités de sa participation aux dites activités.

3. La Conférence générale peut conférer le titre de consultant à toute organisation internationale ou à toute association internationale non gouvernementale qui fait une demande à cet effet et dont les activités sont en harmonie avec celles de l'Agence.

4. La nature et l'étendue des droits et des obligations des obser-

— 10 —

vateurs et des consultants seront déterminées par la présente Charte et par la Conférence générale.

ART. 5. — Organes.

L'Agence comprend :

1. La Conférence générale ;
2. Le Conseil d'administration ;
3. Le Comité des programmes ;
4. Le Conseil consultatif ;
5. Le Secrétariat ;
6. Tout autre organe subsidiaire que la Conférence générale peut juger utile au bon fonctionnement de l'Agence.

CONFERENCE GENERALE

ART. 6. — Composition.

La Conférence générale se compose de tous les membres de l'Agence.

Les observateurs et les consultants participent aux sessions de la Conférence générale et y sont entendus, sauf objection de celle-ci, mais ils ne disposent pas du droit de vote.

ART. 7. — Pouvoirs.

La Conférence générale est l'organe suprême de l'Agence.

Ses principales fonctions consistent à :

1. Orienter l'activité de l'agence ;
2. Approuver le programme de travail ;
3. Contrôler la politique financière, examiner et approuver le budget et le règlement financier de l'Agence ;
4. Se prononcer sur l'admission de nouveaux membres en application de l'article 5 §§ 2 et 3 de la présente Charte ;
5. Décider de l'admission des observateurs et des consultants et déterminer la nature de leurs droits et obligations, compte-tenu de l'article 6 ci-dessus ;
6. Fixer le barème des contributions ;
7. Créer tout organe subsidiaire nécessaire au bon fonctionnement

- 11 -

de l'Agence ;

8. Nommer le Secrétaire général et les Secrétaires généraux adjoints, les membres du Comité des programmes, dont elle fixe le nombre, ainsi que les membres désignés du Conseil consultatif ;

9. Décider de la composition des autres organes subsidiaires de l'Agence ;

10. Amender la présente Charte ;

11. Nommer éventuellement les liquidateurs de l'Agence ;

12. Déplacer le siège de l'Agence ;

13. Prendre toutes les mesures propres à la réalisation des buts de l'Agence.

ART. 8. — Réunions.

1. La Conférence générale se réunit au moins une fois tous les deux ans à la date qu'elle a elle-même fixée lors de sa session antérieure ou à la demande de la moitié au moins des membres de l'Agence adressée au Président en exercice de la Conférence.

2. Chaque membre est représenté par une délégation de niveau ministériel et comprenant si possible des représentants des administrations concernées par l'Agence.

3. La Conférence générale élit son Président et les autres membres du bureau au début de chaque réunion, ils demeurent en fonction jusqu'à la Conférence suivante.

4. Elle adopte son règlement intérieur.

5. Elle fixe le lieu et la date de sa session suivante.

ART. 9. — Votes.

1. Chaque membre dispose d'une voix à la Conférence générale.

2. Toutes les décisions de la Conférence sont prises à la majorité des neuf dixièmes des membres présents et votant, l'abstention n'étant pas considérée comme un vote.

CONSEIL D'ADMINISTRATION

ART. 10. — Composition.

Chaque membre est représenté au Conseil d'administration par une personne techniquement qualifiée dans les domaines d'activité

— 12 —

de l'Agence.

Ce représentant peut être accompagné d'un suppléant et de conseillers.

Lorsque les fonctions du Secrétaire général ont pris fin, celui-ci peut, de plein droit, participer sans droit de vote aux délibérations du Conseil d'administration.

ART. 11. — *Fonctions.*

Le Conseil d'administration est l'organe exécutif de la Conférence générale et rend compte à celle-ci du développement des programmes de l'Agence et de l'utilisation de ses ressources budgétaires conformément aux décisions de la Conférence.

Il a pour principales fonctions de :

1. Veiller à l'exécution des décisions prises par la Conférence générale et à la conduite de l'activité de l'Agence conformément à ces décisions ;
2. Etudier le programme de travail de l'Agence et faire des recommandations appropriées à son sujet à la Conférence générale ;
3. Examiner les rapports financiers et les prévisions budgétaires ;
4. Donner des avis à la Conférence générale sur la politique financière de l'Agence ;
5. Faire des propositions à la Conférence générale au sujet de la politique de l'Agence ;
6. Examiner et adopter l'ordre du jour provisoire des réunions de la Conférence générale, qui lui est soumis par le Secrétariat ;
7. Exercer toute autre fonction qui pourrait lui être confiée par la Conférence générale.

ART. 12. — *Réunions.*

1. Le Conseil d'administration se réunit au moins une fois par an à la date qu'il a lui-même fixée ou à la demande du tiers au moins de ses membres adressée au Président en exercice du Conseil.
2. Le Conseil d'administration élit son Président et les autres membres du bureau au début de chaque réunion ; ils demeurent en fonction jusqu'à la session suivante du Conseil.
3. Le Conseil d'administration adopte son règlement intérieur.
4. Il fixe le lieu et la date de sa réunion suivante.

- 13 -

ART. 13. — Votes.

Les décisions du Conseil d'administration sont prises à la majorité des deux tiers des membres présents et votant, l'abstention n'étant pas considérée comme un vote.

COMITE DES PROGRAMMES**ART. 14. — Composition.**

Le Comité des programmes est composé d'un maximum de quinze personnes, spécialistes des techniques de la coopération, qui sont choisies et nommées par la Conférence générale en raison de leur connaissance personnelle et approfondie des questions entrant dans la compétence de l'Agence.

ART. 15. — Fonctions.

Le Comité des programmes est principalement chargé d'aider la Conférence générale à définir la nature des opérations de l'Agence et les moyens d'exécution de son programme de travail.

Dans cette perspective, il conseille le Secrétariat dans sa tâche de conception des actions de l'Agence et examine les projets que celui-ci aura établis. Il appartient au Secrétariat de convoquer tout ou partie du Comité des programmes en tant que de besoin et au moins une fois par an au moment le plus opportun.

CONSEIL CONSULTATIF**ART. 16.****A. — Composition.**

Le Conseil consultatif se compose :

1. De membres de droit : toute organisation internationale ou toute association internationale non gouvernementale à qui la Conférence générale aura conféré le titre de consultant, pourra désigner un représentant au Conseil consultatif ;

2. De membres désignés : des personnalités réputées pour leur compétence et leurs réalisations dans l'un des domaines d'activité de l'Agence pourront être appelées à faire partie du Conseil consultatif par la Conférence générale.

B. — Fonctions.

Le Conseil consultatif a pour principale fonction d'assurer une

— 14 —

coopération efficace entre l'Agence, les organisations internationales et les associations internationales non gouvernementales dont les tâches et les activités sont en harmonie avec celles de l'Agence. Dans cette optique, il sera appelé à donner des avis et à faire des suggestions à la Conférence générale et au Secrétariat sur les orientations de l'Agence, sur son programme de travail et sur les modalités de son exécution.

C. — *Procédure.*

1. Le Conseil consultatif se réunit une fois par année ;
2. Le Conseil consultatif élit son Président de session et les autres membres du bureau au début de chaque réunion ;
3. Le Conseil consultatif adopte son règlement intérieur ;
4. Le Conseil consultatif fixe la date de sa réunion suivante après consultation avec le Secrétariat.

SECRETARIAT

ART. 17.

1. Le Secrétariat comprend le Secrétaire général et les Secrétaires généraux adjoints. Le Secrétariat est assisté du personnel administratif et technique nécessaire au bon fonctionnement de l'Agence.
2. Le Secrétaire général et les Secrétaires généraux adjoints sont nommés par la Conférence générale pour une période de quatre ans aux conditions qui seront approuvées par la Conférence.
Leur mandat est renouvelable deux fois.
3. Le Secrétaire général et les Secrétaires généraux adjoints assument de concert la direction de l'Agence. Le Secrétaire général préside les réunions du Secrétariat. Il représente l'Agence dans les actes officiels.
4. Le Secrétaire général est de droit Secrétaire de la Conférence générale, du Conseil d'administration, du Conseil consultatif et de tout organe subsidiaire de l'Agence. Il peut déléguer ses fonctions.
5. Le Secrétariat est responsable de la préparation du programme de travail de l'Agence et de son exécution.
6. Le Secrétariat prépare les prévisions budgétaires et les rapports financiers de l'Agence.
7. Le Secrétariat nomme le personnel de l'Agence conformément aux plans d'organisation approuvés par la Conférence générale. Le

- 15 -

statut du personnel est soumis à la Conférence générale pour approbation. Il devra être tenu compte dans l'attribution des postes de la composition géographique de l'Agence.

8. Les responsabilités du Secrétaire général, des Secrétaires généraux adjoints et du personnel ont un caractère exclusivement international. Dans l'accomplissement de leurs devoirs, ils ne demanderont ni ne recevront d'instruction d'aucun Gouvernement ni d'aucune autorité extérieure à l'Agence. Ils s'abstiendront de tout acte de nature à compromettre leur statut de fonctionnaires internationaux. Tous les membres de l'Agence s'engagent à respecter le caractère international des fonctions du Secrétaire général, des Secrétaires généraux adjoints et du personnel et à ne pas chercher à les influencer dans l'accomplissement de leurs tâches.

ART. 18. — Bureaux régionaux.

La Conférence générale pourra, en temps utile, établir des bureaux dans les diverses régions géographiques représentées au sein de l'Agence. La Conférence décide, sur proposition du Conseil d'administration, du lieu, de la composition, des fonctions et du mode de financement de ces bureaux régionaux.

ART. 19. — Budget et dépenses.

1. Tous les deux ans, le Secrétariat prépare et soumet au Conseil d'administration les rapports financiers et les prévisions budgétaires de l'Agence. Le Conseil d'administration examine les rapports financiers et les prévisions budgétaires et les transmet à la Conférence générale en formulant les recommandations qu'il juge appropriées.

2. Les rapports financiers et les prévisions budgétaires sont préparés par le Secrétariat conformément au règlement financier adopté par la Conférence générale.

3. Les dépenses de l'Agence sont réparties entre les membres selon un barème qui sera arrêté par la Conférence générale. La cotisation des observateurs est fixée par la Conférence générale.

4. Le Secrétaire général peut, avec l'autorisation du Conseil d'administration, accepter tous dons, legs, et subventions faits à l'Agence par des Gouvernements, des institutions publiques ou privées ou des particuliers. L'administration de ces fonds par le Secrétariat est régie par le règlement financier de l'Agence.

ART. 20. — Langue de travail.

La langue de travail de l'Agence et de tous ses organes est le français.

ART. 21. — Siège.

Le siège de l'Agence de Coopération Culturelle et Technique

— 16 —

est fixée à PARIS.

Il peut être déplacé par décision de la Conférence générale.

ART. 22. — *Dissolution et liquidation.*

1. L'Agence est réputée dissoute et liquidée dans un des deux cas suivants :

a) Toutes les parties à la Convention sauf une ont dénoncé celle-ci ;

b) La Conférence générale décide de dissoudre l'Agence. En suite de quoi, l'Agence n'est réputée avoir d'existence qu'aux fins de sa liquidation.

2. En cas de dissolution de l'Agence, ses affaires sont liquidées par des liquidateurs, nommés conformément à la Charte, qui procéderont à la réalisation de l'actif de l'Agence et à l'extinction de son passif. Le solde actif ou passif sera réparti au prorata des cotisations respectives.

ART. 23. — *Interprétation.*

Toute décision relative à l'interprétation de la présente Charte est prise par la Conférence générale à l'unanimité des membres présents et votant, l'abstention n'étant pas considérée comme un vote.

ART. 24. — *Modifications de la Charte.*

La présente Charte peut être modifiée conformément à son article 7 § 10. Le Gouvernement du pays qui a accueilli la Conférence constitutive ou le Gouvernement du pays où est fixé le siège de l'Agence notifie à tous les membres ainsi qu'au Secrétariat toutes les modifications apportées à la présente Charte.

**ETATS MEMBRES DE L'AGENCE DE COOPERATION
CULTURELLE ET TECHNIQUE**

BELGIQUE

BURUNDI

CAMEROUN

CANADA

COTE D'IVOIRE

DAHOMEY

FRANCE

GABON

HAITI

HAUTE-VOLTA

LUXEMBOURG

MADAGASCAR

MALI

MAURICE (île)

MONACO

NIGER

RWANDA

SENEGAL

TCHAD

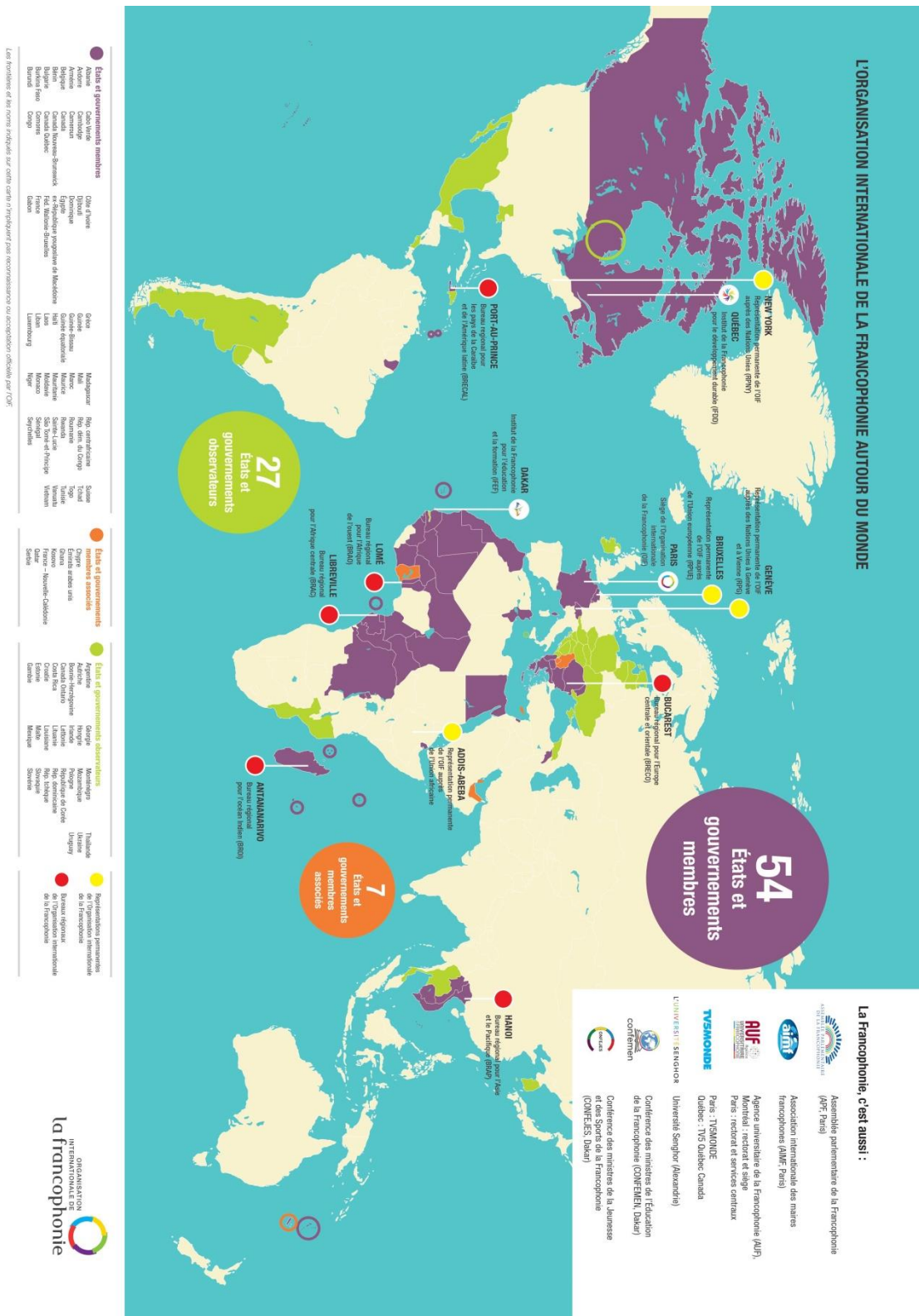
TOGO

TUNISIE

VIETNAM (République du)

GOUVERNEMENT PARTICIPANT

Gouvernement du QUEBEC



Anexo E

Statuts et modalités d'adhésion à la Conférence des chefs d'État et de gouvernement ayant le français en partage

STATUTS ET MODALITÉS D'ADHÉSION À LA CONFÉRENCE DES CHEFS D'ÉTAT ET DE GOUVERNEMENT DES PAYS AYANT LE FRANÇAIS EN PARTAGE

adoptés par le IX^e Sommet de la Francophonie (Beyrouth, 18-20 octobre 2002)
amendés par le XI^e Sommet de la Francophonie (Bucarest, 28-29 septembre 2006)

Le présent document portant « statuts et modalités d'adhésion à la Conférence des chefs d'État et de gouvernement des pays ayant le français en partage », adopté par le Sommet de Beyrouth le 20 octobre 2002, se substitue au document issu des travaux du Sommet de Cotonou et amendé au Sommet de Hanoi. Il intègre les modifications adoptées par le XI^e Sommet de la Francophonie, tenu à Bucarest les 28 et 29 septembre 2006.

Chapitre I : STATUTS

A. Statut de Membre de plein droit

Les membres de plein droit participent pleinement à l'ensemble des instances de la Francophonie, soit :

- Sommet de la Francophonie ;
- Conférence ministérielle de la Francophonie ;
- Conseil permanent de la Francophonie.

Ils participent également aux :

- Conférences ministérielles sectorielles de la Francophonie ;
- Commissions du Conseil permanent de la Francophonie (Commission politique, Commission économique, Commission de coopération et de programmation, Commission administrative et financière).

Les membres de plein droit sont seuls admis :

- à présenter des candidatures aux postes à pourvoir dans les institutions de la Francophonie ;
- à se porter candidats pour accueillir les réunions des instances (Sommet, Conférence ministérielle de la Francophonie et Conseil permanent de la Francophonie) ;
- à prendre part à un vote au sein des instances mentionnées ci-dessus.

Les membres de plein droit s'acquittent obligatoirement d'une contribution statutaire dont le montant est fixé par la Conférence ministérielle. Ils contribuent volontairement au financement de la coopération francophone dans le cadre du Fonds multilatéral unique (FMU).

B. Statut de Membre associé

Les membres associés assistent aux instances suivantes :

- au Sommet sans intervenir dans les débats ; toutefois, après accord de la présidence, ils peuvent présenter une communication ;
- à la Conférence ministérielle de la Francophonie, dans les mêmes conditions.

Ils siègent à la table de façon distincte.

Ils n'assistent pas aux séances à huis clos de ces instances.

Les membres associés participent :

- au Conseil permanent de la Francophonie et à ses commissions avec voix délibérative.

Ils ne participent ni n'assistent aux séances à huis clos du CPF.

Les membres associés peuvent être invités à participer aux autres manifestations de la Francophonie : conférences ministérielles sectorielles, colloques, réunions d'experts, etc.

Les membres associés reçoivent l'information et la documentation non confidentielles diffusées par le Secrétariat.

Les membres associés s'acquittent obligatoirement d'une contribution statutaire dont le montant est fixé par la Conférence ministérielle. Ils sont appelés à contribuer volontairement au financement du Fonds multilatéral unique (FMU).

Ils ne peuvent pas se porter candidats pour accueillir les réunions des instances de la Francophonie (Sommet, Conférence ministérielle de la Francophonie et Conseil permanent de la Francophonie).

L'accès au statut de membre associé répond à des conditions strictes. Il est réservé à des États et des gouvernements pour lesquels le français est d'ores et déjà l'une des langues officielles ou d'un usage habituel et courant, et qui partagent les valeurs de la Francophonie.

C. Statut d'Observateur

Les observateurs assistent aux instances suivantes :

- au Sommet, sans intervenir dans les débats ;
- à la Conférence ministérielle, dans les mêmes conditions. Ils peuvent toutefois, après accord de la présidence, présenter une communication ;
- aux sessions du Conseil permanent de la Francophonie, sans prise de parole et sans prise en charge.

Les observateurs n'assistent pas :

- aux réunions des Commissions du CPF.

Ils n'assistent pas non plus aux huis clos de l'une quelconque des instances de la Francophonie.

Les observateurs siègent dans la salle de façon distincte.

Les observateurs peuvent être invités à assister aux autres manifestations de la Francophonie : conférences ministérielles sectorielles, colloques, réunions d'experts, etc.

Les observateurs peuvent contribuer volontairement au financement de la coopération multilatérale francophone dans le cadre du Fonds multilatéral unique (FMU). Ils sont tenus de s'acquitter de frais de secrétariat en contrepartie de la documentation à laquelle ils ont accès. Le montant des frais est fixé par le CPF.

Ils ne peuvent pas se porter candidats pour accueillir les réunions des instances de la Francophonie (Sommet, Conférence ministérielle de la Francophonie et Conseil permanent de la Francophonie).

Les observateurs reçoivent l'information et la documentation non confidentielles diffusées par le Secrétariat.

Le statut d'observateur peut être accordé à un État ou à un gouvernement.

Dans le souci de privilégier l'objectif d'approfondissement de la communauté francophone, le statut d'observateur est accordé à titre pérenne.

D. Statut d'Invité spécial

Le statut d'invité spécial vise les entités ou collectivités territoriales non souveraines — ressortissantes d'États non membres de la Francophonie — qui en font la demande, dès lors que ces entités ou collectivités manifestent leur volonté d'engagement dans la Francophonie et que l'usage de la langue française est attesté sur leur territoire.

Ces dispositions sont applicables sous réserve de l'accord de l'État dont relèvent ces entités ou collectivités.

Le statut d'invité spécial ne concerne que le Sommet. Il est accordé à l'occasion de chaque Sommet et n'est donc pas reconductible automatiquement.

Les demandes formulées par les entités ou les collectivités territoriales précitées sont appréciées selon la procédure prévue dans le présent document.

Les invités spéciaux assistent à la séance inaugurale du Sommet ainsi qu'aux séances consacrées au volet coopération. Ils n'ont pas voix délibérative et siègent dans la salle de façon distincte.

Ils sont également invités à participer aux manifestations sociales et culturelles.

Ils reçoivent les documents du Sommet.

L'OIF pourra développer avec leurs autorités des contacts occasionnels et privilégiés, afin de contribuer à mettre en œuvre des programmes particuliers de soutien à la langue française ainsi que pour favoriser leur participation, sur une base volontaire, à certains programmes de coopération.

Chapitre II : PROCÉDURES D'ADHÉSION

Toute nouvelle demande d'adhésion en qualité d'observateur ou de membre associé doit être introduite par une lettre du chef de l'État ou du gouvernement intéressé, adressée par les voies diplomatiques habituelles au Président en exercice de la Conférence des chefs d'État ou de gouvernement, c'est-à-dire au chef de l'État ou du gouvernement du dernier pays ayant accueilli la Conférence. Cette demande, accompagnée d'un dossier circonstancié de candidature, doit être déposée au moins six mois avant la tenue du Sommet. Elle est aussitôt communiquée au Secrétaire général de la Francophonie pour instruction.

L'accession à un statut supérieur n'est pas de droit.

Le passage du statut d'observateur au statut de membre associé tout comme celui de membre associé à celui de membre de plein droit nécessite une demande formelle adressée directement au Secrétaire général de la Francophonie, en sa qualité de Président du Conseil permanent de la Francophonie. La demande, accompagnée d'un dossier circonstancié, doit être déposée dans un délai de six mois avant la tenue du prochain Sommet pour qu'elle puisse être instruite. La procédure suivie est alors identique à celle des nouvelles adhésions.

Le Secrétaire général de l'OIF, en sa qualité de Président du Conseil permanent de la Francophonie, soumet la demande et le dossier à l'examen du Conseil. Celui-ci constitue en son sein un comité *ad hoc* (dit « Comité sur les demandes d'adhésion ou de modification de statut »), ouvert aux seuls membres de plein droit et chargé de l'instruction des dossiers.

Ce comité établit un rapport détaillé qu'il soumet au Conseil permanent de la Francophonie. Celui-ci, après examen, adopte un avis destiné à la Conférence ministérielle.

Le Comité *ad hoc* peut, en tant que de besoin, compter sur le rapport d'une mission d'enquête nommée par le Secrétaire général de la Francophonie, dans le but d'évaluer sur le terrain le respect des critères d'adhésion.

La Conférence ministérielle formule une recommandation destinée au Sommet, qui est déposée par son Président.

À l'ouverture de ses travaux, le Sommet, sur la base des recommandations de la Conférence ministérielle, délibérant à huis clos et à l'unanimité, décide d'accueillir ou non le nouveau requérant.

Aucun État ou gouvernement ne peut accéder au statut de membre de plein droit sans avoir été au préalable membre associé.

Chapitre III : CONSTITUTION DES DOSSIERS

A. Pour l'obtention du statut d'Invité spécial

Une demande motivée, adressée au Secrétaire général de la Francophonie dans les conditions prévues par les procédures d'adhésion du Chapitre II ci-dessus, suffit.

B. Pour l'obtention du statut d'Observateur

La demande de candidature doit être impérativement accompagnée d'un dossier comportant un exposé des motifs.

Toute demande de participation en qualité d'observateur doit se fonder sur une volonté de favoriser le développement de l'usage du français, quel que soit son usage effectif au moment de la demande.

Cette demande doit aussi traduire un intérêt réel pour les valeurs défendues par la Francophonie, pour ses programmes dans le cadre de la coopération multilatérale francophone, ainsi que pour les efforts développés en faveur de la concertation francophone dans les organisations intergouvernementales et les grandes manifestations internationales.

C. Pour l'obtention du statut de Membre associé

La demande doit être impérativement accompagnée d'un dossier comportant un exposé des motifs et tous les éléments d'information qui permettront d'en apprécier la pertinence.

Toute demande d'accession au statut de membre associé doit se fonder sur une démonstration détaillée d'une situation satisfaisante au regard de l'usage du français dans le pays concerné et traduire une réelle volonté d'engagement dans la Francophonie, tant au plan national qu'international, en souscrivant à ses valeurs, telles qu'affirmées par sa Charte et par les Déclarations de ses Sommets et Conférences ministérielles (reprise de l'acquis francophone).

Par ailleurs, il sera tenu compte de la présence d'établissements adhérents à l'AUF, ainsi que de l'adhésion d'une section du Parlement à l'APF ou de certaines villes à l'AIMF, ou encore de la participation des candidats à la Confémen ou à la Conféjes.

Parmi les éléments d'information requis pour l'instruction de la demande, il y a lieu de distinguer :

- **dans l'espace linguistique**
 - le statut du français (langue nationale, officielle, d'enseignement, seconde, étrangère la plus favorisée) ;
 - les mesures éventuelles, législatives ou réglementaires, concernant le français ;
 - l'évolution concernant la place du français dans le pays par rapport aux autres langues ;
 - le nombre et le pourcentage de francophones estimés ;
 - l'existence d'une structure spécifique chargée de l'action en faveur du français ;
 - la présence d'associations œuvrant en faveur de la langue française ;
- **dans l'espace pédagogique**
 - la scolarisation en français (quand celui-ci n'est pas langue première) ;
 - le nombre total d'élèves et d'heures d'enseignement du et en français aux niveaux primaire, secondaire et supérieur ;
 - la scolarisation dans d'autres langues internationales ;
 - la présence de filières francophones dans l'enseignement supérieur ;
 - la présence de départements de langue française ;
 - l'estimation du nombre d'étudiants nationaux poursuivant leurs études dans les pays francophones ;
 - l'estimation du nombre d'enseignants et d'assistants de français en provenance de pays francophones ;
 - l'utilisation d'un enseignement francophone à distance ;
 - l'indication de réformes éducatives concernant l'enseignement du français mises en application ou en passe de l'être ;
 - la situation de l'édition scolaire en français ;
 - l'existence de partenariats entre établissements d'enseignement du pays et des établissements d'enseignement de pays francophones ;
 - le volume de bourses à destination d'établissements francophones à l'étranger ou de bourses de stages pour des formations courtes ;

- **dans l'espace culturel**

- les manifestations francophones les plus marquantes (littérature, théâtre, musique, arts de la rue, cinéma, multimédias, arts plastiques, rencontres d'auteurs et de créateurs) ;
- l'existence de centres ou d'instituts culturels francophones ;
- la circulation des spectacles et expositions francophones ;
- les programmes et projets de développement culturel menés en bilatéral ou multilatéral francophone ;
- la collaboration avec des centres culturels francophones étrangers ;
- l'existence d'un public consommateur d'activités culturelles francophone ;
- la présence de réseaux d'éditeurs, d'imprimeurs et de distributeurs dans le livre et la presse écrite en français ;
- l'existence d'un statut des minorités linguistiques et culturelles francophones (reconnaissance et promotion de la langue française) ;
- l'expression et la présence de la langue française dans l'espace public (médias, événements culturels, débats de société) ;
- l'émergence d'auteurs écrivant directement en français ;

- **dans l'espace de communication**

- les principaux titres de la presse écrite en langue française importés dans le pays ;
- les principaux titres de la presse écrite édités dans le pays ;
- l'indication des principaux points de vente (hôtels, aéroports, librairies, kiosques) ;
- la vitalité de la presse francophone ;
- la captation de chaînes de radio en langue française ;
- les programmes des chaînes n'émettant que partiellement en français (contenu) ;
- l'évolution du paysage radiophonique francophone ;
- la réception de chaînes de télévision en langue française ;
- le contenu des chaînes n'émettant que partiellement en français ;
- les hôtels équipés pour la réception de chaînes francophones (câble et satellite) ;
- les modifications majeures intervenues dans le paysage audiovisuel (dans un sens favorable ou défavorable au développement de la langue française et de la francophonie, création ou suppression de programmes en langue française, accès à de nouvelles chaînes) ;
- l'existence d'accords de coopération (formation du personnel, aide technique et en matériel) et de coproduction avec des pays francophones ;
- l'état de la législation du pays concernant la liberté de la presse et de l'audiovisuel ;

- **dans l'espace économique**

- les investissements directs en provenance de pays francophones ;
- les grands contrats signés récemment avec des pays francophones ;
- les accords commerciaux et de protection des investissements avec des pays francophones ;
- les importations de pays francophones et exportations vers des pays francophones ;
- l'organisation de la concertation dans le cadre de l'OMC avec d'autres pays francophones ;
- l'évolution de la pratique des langues dans les entreprises ;
- la solidarité envers les pays en développement ;

- **dans l'espace politique et juridique**
 - l'évolution de la démocratie et de l'État de droit ;
 - l'existence de services officiels chargés du suivi des questions de droits de l'Homme ;
 - la signature ou ratification de traités ayant le droit comme champ d'application ;
 - les programmes importants de coopération juridique avec des pays francophones ;
- **pour le rayonnement de la Francophonie**
 - l'initiative la plus réussie en matière de promotion de la Francophonie ;
 - l'attachement à la promotion de la diversité culturelle ;
 - les manifestations centrées sur la Francophonie ;
- **dans l'espace associatif**
 - la présence d'associations locales qui se réfèrent explicitement à la langue française ou à la Francophonie (regroupements professionnels, associations de femmes et de jeunes) ;
 - l'affiliation de ces associations à des associations internationales francophones ;
 - les principales évolutions concernant la vie associative francophone ;
 - la présence du français dans les loisirs et sur les lieux publics ;
- **au plan international et multilatéral**
 - la reprise de l'acquis francophone ;
 - la participation effective et régulière à la concertation francophone dans les organisations internationales ou dans les grandes conférences ou sommets mondiaux et régionaux ;
 - la participation à des groupes d'ambassadeurs francophones auprès des organisations internationales ;
 - l'engagement de principe d'utiliser la langue française dans les enceintes internationales, lorsque la langue nationale de l'État membre n'est pas reconnue comme langue de travail.

D. Pour l'obtention du statut de Membre de plein droit

Le membre associé fera rapport annuellement au Conseil permanent de la Francophonie en fonction des éléments d'appréciation figurant sous la lettre C qui précède.

L'accès du membre associé au statut de membre à part entière n'est pas de droit. La demande formelle de changement de statut devra faire apparaître les progrès et les avancées substantielles accomplis par rapport à la situation présentée au moment de l'obtention du statut de membre associé. Ces progrès et ces avancées devront refléter un engagement accru du membre associé dans la concertation et la coopération francophones, ainsi qu'un usage en progrès de la langue française.

Anexo F

Charte de la Francophonie

adoptée par la CMF

Antananarivo, le 23 novembre 2005



CHARTRE DE LA FRANCOPHONIE

adoptée par la Conférence ministérielle de la Francophonie

Antananarivo, le 23 novembre 2005

Préambule

La Francophonie doit tenir compte des mutations historiques et des grandes évolutions politiques, économiques, technologiques et culturelles qui marquent le XXI^e siècle pour affirmer sa présence et son utilité dans un monde respectueux de la diversité culturelle et linguistique, dans lequel la langue française et les valeurs universelles se développent et contribuent à une action multilatérale originale et à la formation d'une communauté internationale solidaire.

La langue française constitue aujourd'hui un précieux héritage commun qui fonde le socle de la Francophonie, ensemble pluriel et divers. Elle est aussi un moyen d'accès à la modernité, un outil de communication, de réflexion et de création qui favorise l'échange d'expériences.

Cette histoire, grâce à laquelle le monde qui partage la langue française existe et se développe, est portée par la vision des chefs d'État et de gouvernement et par les nombreux militants de la cause francophone et les multiples organisations privées et publiques qui, depuis longtemps, oeuvrent pour le rayonnement de la langue française, le dialogue des cultures et la culture du dialogue.

Elle a aussi été portée par l'Agence de coopération culturelle et technique, seule organisation intergouvernementale de la Francophonie issue de la Convention de Niamey en 1970, devenue l'Agence de la Francophonie après la révision de sa charte à Hanoi, en 1997.

Afin de donner à la Francophonie sa pleine dimension politique, les chefs d'État et de gouvernement, comme ils en avaient décidé à Cotonou en 1995, ont élu un Secrétaire général, clé de voûte du système institutionnel francophone, de même que la Conférence ministérielle, en 1998 à Bucarest, a pris acte de la décision du Conseil permanent d'adopter l'appellation « Organisation internationale de la Francophonie ».

À Ouagadougou, en 2004, réunis en X^e Sommet, les chefs d'État et de gouvernement ont approuvé les nouvelles missions stratégiques de la Francophonie et ont pris la décision de parachever la réforme institutionnelle afin de mieux fonder la personnalité juridique de l'Organisation internationale de la Francophonie et de préciser le cadre d'exercice des attributions du Secrétaire général.

Tel est l'objet de la présente Charte, qui donne à l'ACCT devenue Agence de la Francophonie, l'appellation d'Organisation internationale de la Francophonie.

TITRE I : DES OBJECTIFS

Article 1 : Objectifs

La Francophonie, consciente des liens que crée entre ses membres le partage de la langue française et des valeurs universelles, et souhaitant les utiliser au service de la paix, de la coopération, de la solidarité et du développement durable, a pour objectifs d'aider : à l'instauration et au développement de la démocratie, à la prévention, à la gestion et au règlement des conflits, et au soutien à l'État de droit et aux droits de l'Homme ; à l'intensification du dialogue des cultures et des civilisations ; au rapprochement des peuples par leur connaissance mutuelle ; au renforcement de leur solidarité par des actions de coopération multilatérale en vue de favoriser l'essor de leurs économies ; à la promotion de l'éducation et de la formation. Le Sommet peut assigner d'autres objectifs à la Francophonie.

La Francophonie respecte la souveraineté des États, leurs langues et leurs cultures. Elle observe la plus stricte neutralité dans les questions de politique intérieure.

Les institutions de la présente Charte concourent, pour ce qui les concerne, à la réalisation de ces objectifs et au respect de ces principes.

TITRE II : DE L'ORGANISATION INSTITUTIONNELLE

Article 2 : Institutions et opérateurs

Les institutions de la Francophonie sont :

1. Les instances de la Francophonie :
 - La Conférence des chefs d'État et de gouvernement des pays ayant le français en partage, ci-après appelée le « Sommet » ;
 - La Conférence ministérielle de la Francophonie, ci-après appelée « Conférence ministérielle » ;
 - Le Conseil permanent de la Francophonie, ci-après appelé « Conseil permanent ».
2. Le Secrétaire général de la Francophonie.
3. L'Organisation internationale de la Francophonie (OIF).
4. L'Assemblée parlementaire de la Francophonie (APF), qui est l'Assemblée consultative de la Francophonie.
5. Les opérateurs directs et reconnus du Sommet, qui concourent, dans les domaines de leurs compétences, aux objectifs de la Francophonie tels que définis dans la présente Charte :
 - l'Agence universitaire de la Francophonie (AUF) ;
 - TV5, la télévision internationale francophone ;
 - l'Université Senghor d'Alexandrie ;
 - l'Association internationale des maires et responsables des capitales et des métropoles partiellement ou entièrement francophones (AIMF).

6. Les Conférences ministérielles permanentes : la Conférence des ministres de l'Éducation des pays ayant le français en partage (Confémen) et la Conférence des ministres de la Jeunesse et des Sports des pays ayant le français en partage (Conféjes).

Article 3 : Sommet

Le Sommet, instance suprême de la Francophonie, se compose des chefs d'État et de gouvernement des pays ayant le français en partage. Il se réunit tous les deux ans.

Il est présidé par le chef de l'État ou du gouvernement du pays hôte du Sommet jusqu'au Sommet suivant.

Il statue sur l'admission de nouveaux membres de plein droit, de membres associés et de membres observateurs à l'OIF.

Il définit les orientations de la Francophonie de manière à assurer son rayonnement dans le monde.

Il adopte toute résolution qu'il juge nécessaire au bon fonctionnement de la Francophonie et à la réalisation de ses objectifs.

Il élit le Secrétaire général, conformément aux dispositions de l'article 6 de la présente Charte.

Article 4 : Conférence ministérielle

La Conférence ministérielle se compose de tous les membres du Sommet. Chaque membre est représenté par le ministre des Affaires étrangères ou le ministre chargé de la Francophonie, ou son délégué. Le Secrétaire général de la Francophonie siège de droit à la Conférence ministérielle, sans prendre part au vote.

La Conférence ministérielle est présidée par le ministre des Affaires étrangères ou le ministre chargé de la Francophonie du pays hôte du Sommet, un an avant et un an après celui-ci.

La Conférence ministérielle se prononce sur les grands axes de l'action multilatérale francophone.

La Conférence ministérielle prépare le Sommet. Elle veille à l'exécution des décisions arrêtées par le Sommet et prend toutes initiatives à cet effet. Elle adopte le budget et les rapports financiers de l'OIF ainsi que la répartition du Fonds multilatéral unique (FMU).

La Conférence ministérielle nomme le Commissaire aux comptes de l'OIF et du FMU. Sur saisine d'un État membre ou d'un gouvernement participant, la Conférence ministérielle demande au Secrétaire général de fournir toute information concernant l'utilisation du Fonds.

La Conférence ministérielle définit les conditions dans lesquelles les commissaires aux comptes des opérateurs sont appelés à coopérer avec le Commissaire aux comptes de l'OIF et du FMU.

La Conférence ministérielle recommande au Sommet l'admission de nouveaux membres et de nouveaux membres associés ou observateurs, ainsi que la nature de leurs droits et obligations.

La Conférence ministérielle fixe les barèmes des contributions statutaires à l'OIF.

La Conférence ministérielle peut décider de déplacer le siège de l'OIF.

La Conférence ministérielle nomme les liquidateurs.

La Conférence ministérielle crée tout organe subsidiaire nécessaire au bon fonctionnement de l'OIF.

Les modalités de fonctionnement de la Conférence ministérielle sont précisées dans son Règlement intérieur.

Article 5 : Conseil permanent de la Francophonie

Le Conseil permanent est l'instance chargée de la préparation et du suivi du Sommet, sous l'autorité de la Conférence ministérielle.

Le Conseil permanent est composé des représentants personnels dûment accrédités par les chefs d'États ou de gouvernements membres du Sommet.

Le Conseil permanent est présidé par le Secrétaire général de la Francophonie. Il se prononce sur ses propositions et le soutient dans l'exercice de ses fonctions.

Le Conseil permanent de la Francophonie a pour missions :

- de veiller à l'exécution des décisions prises par la Conférence ministérielle ;
- d'examiner les propositions de répartition du FMU ainsi que l'exécution des décisions d'affectation ;
- d'examiner les rapports financiers et les prévisions budgétaires de l'OIF ;
- d'examiner et d'adopter l'ordre du jour provisoire des réunions de la Conférence ministérielle ;
- de faire rapport à la Conférence ministérielle sur l'instruction des demandes d'adhésion ou de modification de statut ;
- d'exercer son rôle d'animateur, de coordonnateur et d'arbitre. Il dispose à cet effet des commissions suivantes : la commission politique, la commission économique, la commission de coopération et de programmation, et la commission administrative et financière. Ces commissions sont présidées par un représentant d'un État ou d'un gouvernement membre, qu'il désigne sur proposition de la commission concernée ;
- d'adopter le statut du personnel et le règlement financier ;
- d'examiner et d'approuver les projets de programmation ;
- de procéder aux évaluations des programmes des opérateurs ;
- de nommer le Contrôleur financier ;
- de remplir toute autre mission que lui confie la Conférence ministérielle.

En tant que de besoin, le Secrétaire général réunit le Conseil permanent.

Les modalités de fonctionnement du Conseil permanent sont fixées par son Règlement intérieur.

Article 6 : Secrétaire général

Le Secrétaire général de la Francophonie préside le Conseil de coopération. Il est représenté dans les instances des opérateurs. Il dirige l'Organisation internationale de la Francophonie.

Le Secrétaire général est élu pour quatre ans par les chefs d'État et de gouvernement. Son mandat peut être renouvelé. Il est placé sous l'autorité des instances.

Le statut du Secrétaire général a un caractère international. Le Secrétaire général ne demande ni ne reçoit d'instructions ou d'émoluments d'aucun gouvernement ni d'aucune autorité extérieure.

Il est responsable du Secrétariat de toutes les instances de la Francophonie, aux sessions desquelles il assiste.

Il préside le Conseil permanent, dont il prépare l'ordre du jour. Il ne prend pas part au vote. Il veille à la mise en œuvre des mesures adoptées, dont il rend compte.

Le Secrétaire général est le représentant légal de l'OIF. À ce titre, il engage l'Organisation et signe les accords internationaux. Il peut déléguer ses pouvoirs.

Le Secrétaire général rend compte au Sommet de l'exécution de son mandat.

Le Secrétaire général nomme le personnel et ordonne les dépenses. Il est responsable de l'administration et du budget de l'OIF dont il peut déléguer la gestion.

Le Secrétaire général est chargé de l'organisation et du suivi des conférences ministérielles sectorielles décidées par le Sommet.

Article 7 : Fonctions politiques

Le Secrétaire général conduit l'action politique de la Francophonie, dont il est le porte-parole et le représentant officiel au niveau international.

Il exerce ses prérogatives dans le respect de celles du président en exercice du Sommet et du président de la Conférence ministérielle.

Le Secrétaire général se tient informé en permanence de l'état des pratiques de la démocratie, des droits et des libertés dans l'espace francophone.

En cas d'urgence, le Secrétaire général saisit le Conseil permanent et, compte tenu de la gravité des événements, le président de la Conférence ministérielle, des situations de crise ou de conflit dans lesquelles des membres peuvent être ou sont impliqués. Il propose les mesures spécifiques pour leur prévention, leur gestion et leur règlement, éventuellement en collaboration avec d'autres organisations internationales.

Article 8 : Fonctions en matière de coopération

Le Secrétaire général propose aux instances, conformément aux orientations du Sommet, les axes prioritaires de l'action francophone multilatérale. Il le fait en concertation avec les opérateurs.

Il propose la répartition du FMU et il ordonne les décisions budgétaires et financières qui y sont relatives.

Le Secrétaire général est responsable de l'animation de la coopération multilatérale francophone financée par le FMU.

Dans l'accomplissement de ces fonctions, il nomme, après consultation du CPF, un Administrateur chargé d'exécuter, d'animer et de gérer la coopération intergouvernementale multilatérale, ainsi que d'assurer, sous son autorité, la gestion des affaires administratives et financières. L'Administrateur propose au Secrétaire général les programmes de coopération de l'OIF qui sont définis dans le cadre des décisions du Sommet. Il est chargé de leur mise en œuvre. Il participe aux travaux des instances. Il contribue à la préparation de la Conférence des organisations internationales non gouvernementales, ainsi qu'à l'organisation et au suivi des conférences ministérielles sectorielles décidées par le Sommet et confiées à l'OIF. L'Administrateur est nommé pour quatre ans et sa mission peut être renouvelée. Il exerce ses fonctions par délégation du Secrétaire général.

Le Secrétaire général évalue l'action de coopération intergouvernementale francophone, telle que décidée. Il veille à l'harmonisation des programmes et des actions de l'ensemble des opérateurs directs reconnus.

À cette fin, il préside un Conseil de coopération, qui réunit l'Administrateur de l'OIF, les responsables des opérateurs ainsi que de l'APF. Il exerce ces fonctions avec impartialité, objectivité et équité. Le Conseil de coopération assure, de manière permanente, la cohérence, la complémentarité et la synergie des programmes de coopération des opérateurs.

Article 9 : Organisation internationale de la Francophonie

L'Agence de coopération culturelle et technique créée par la Convention de Niamey du 20 mars 1970 et devenue l'Agence de la Francophonie, prend l'appellation « Organisation internationale de la Francophonie » (OIF).

L'Organisation internationale de la Francophonie est une personne morale de droit international public et possède la personnalité juridique.

L'OIF peut contracter, acquérir, aliéner tous biens mobiliers et immobiliers, ester en justice ainsi que recevoir des dons, legs et subventions des gouvernements, des institutions publiques ou privées, ou des particuliers.

Elle est le siège juridique et administratif des attributions du Secrétaire général.

L'OIF remplit toutes tâches d'étude, d'information, de coordination et d'action. Elle est habilitée à faire tout acte nécessaire à la poursuite de ses objectifs.

L'OIF collabore avec les diverses organisations internationales et régionales sur la base des principes et des formes de coopération multilatérale reconnus.

L'ensemble du personnel de l'OIF est régi par son propre statut et règlement du personnel, dans le respect du règlement financier. Le statut du personnel a un caractère international.

Le siège de l'Organisation internationale de la Francophonie est fixé à Paris.

Article 10 : États et gouvernements membres, membres associés et observateurs

Les États parties à la Convention de Niamey sont membres de l'OIF. En outre, la présente Charte ne porte pas préjudice aux situations existantes en ce qui concerne la participation d'États et de gouvernements tant aux instances de l'Organisation internationale de la Francophonie qu'aux instances de l'Agence de la Francophonie.

Tout État qui n'est pas devenu partie à la Convention dans les conditions prévues aux articles 4 et 5 de celle-ci, devient membre de l'OIF s'il a été admis à participer au Sommet.

Dans le plein respect de la souveraineté et de la compétence internationale des États membres, tout gouvernement peut être admis comme gouvernement participant aux institutions, aux activités et aux programmes de l'OIF, sous réserve de l'approbation de l'État membre dont relève le territoire sur lequel le gouvernement participant concerné exerce son autorité, et selon les modalités convenues entre ce gouvernement et celui de l'État membre.

La nature et l'étendue des droits et obligations des membres, des membres associés et des observateurs sont déterminées par le texte portant statut et modalités d'adhésion.

Tout membre peut se retirer de l'OIF en avisant le gouvernement du pays qui exerce la présidence du Sommet ou le gouvernement du pays où est fixé le siège de l'OIF, au moins six mois avant la plus proche réunion du Sommet. Le retrait prend effet à l'expiration du délai de six mois suivant cette notification.

Toutefois, le membre concerné demeure tenu d'acquitter le montant total des contributions dont il est redevable.

Article 11 : Représentations permanentes de l'OIF

Sur proposition du Secrétaire général, la Conférence ministérielle peut établir des représentations dans les diverses régions géographiques de l'espace francophone et auprès d'institutions internationales, et décider de manière équilibrée du lieu, de la composition, ainsi que des fonctions et du mode de financement de ces représentations.

TITRE III : DES DISPOSITIONS DIVERSES**Article 12 : De la Conférence des organisations internationales non gouvernementales et des organisations de la société civile**

Tous les deux ans, le Secrétaire général de la Francophonie convoque une conférence des organisations internationales non gouvernementales, conformément aux directives adoptées par la Conférence ministérielle.

Article 13 : Langue

La langue officielle et de travail des institutions et opérateurs de la Francophonie est le français.

Article 14 : Interprétation de la Charte

Toute décision relative à l'interprétation de la présente Charte est prise par la Conférence ministérielle de la Francophonie.

Article 15 : Révision de la Charte

La Conférence ministérielle a compétence pour amender la présente Charte.

Le gouvernement de l'État sur le territoire duquel est fixé le siège de l'OIF notifie à tous les membres ainsi qu'au Secrétaire général toute révision apportée à la présente Charte.

Article 16 : Dissolution

L'OIF est dissoute :

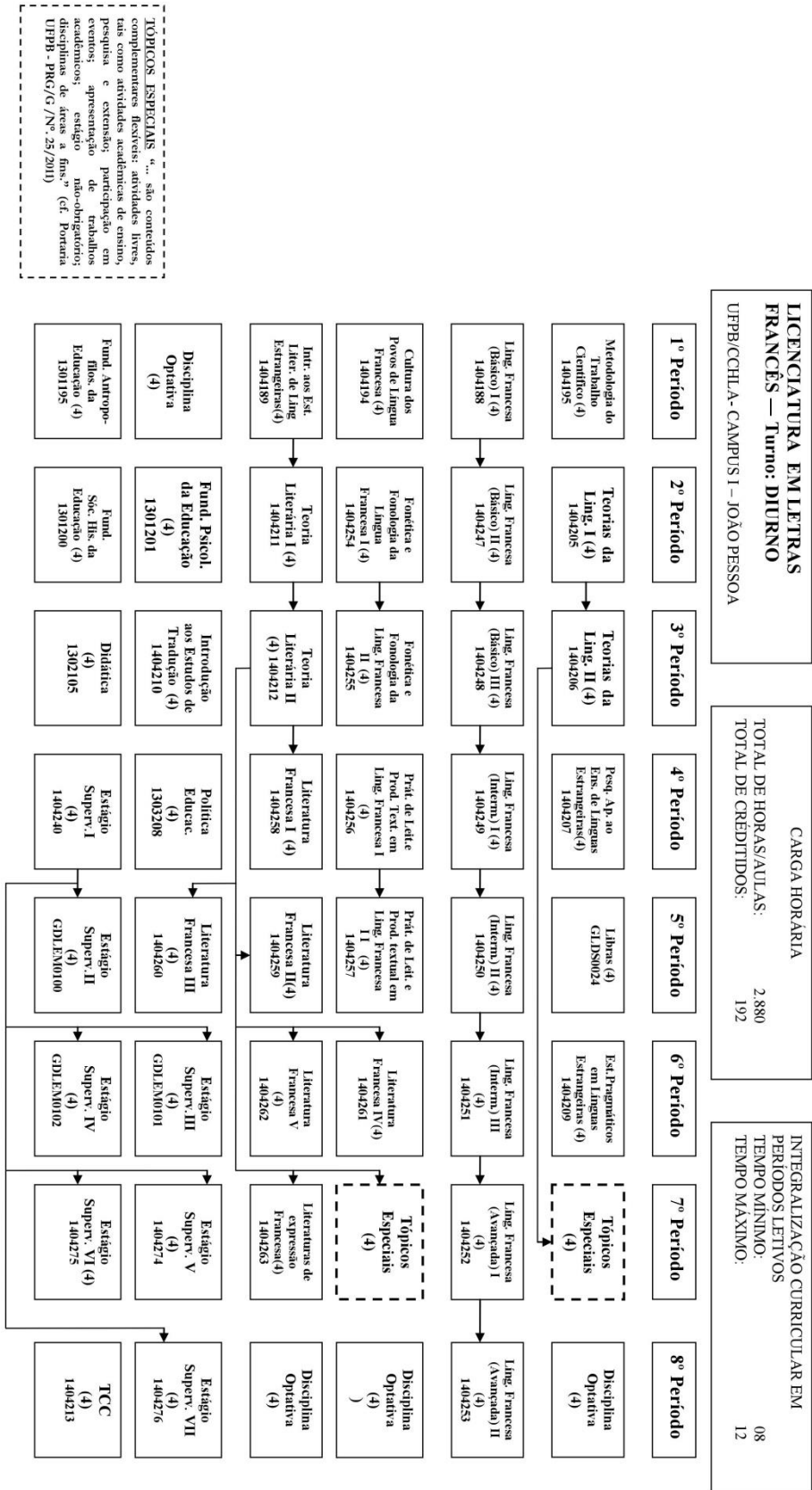
- soit si toutes les parties à la Convention, éventuellement sauf une, ont dénoncé celle-ci ;
- soit si la Conférence ministérielle de la Francophonie en décide la dissolution.

En cas de dissolution, l'OIF n'a d'existence qu'aux fins de sa liquidation et ses affaires sont liquidées par des liquidateurs, nommés conformément à l'article 4, qui procéderont à la réalisation de l'actif de l'OIF et à l'extinction de son passif. Le solde actif ou passif sera réparti au prorata des contributions respectives.

Article 17 : Entrée en vigueur

La présente Charte prend effet à partir de son adoption par la Conférence ministérielle de la Francophonie.

Anexo G



Anexo H

LICENCIATURA EM LETRAS FRANCÊS – Turno: NOTURNO UEPB/CCHLA- CAMPUS I – JOÃO PESSOA									
CARGA HORÁRIA TOTAL DE HORAS/AULAS: 2.880 TOTAL DE CREDITOS: 192									
INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR EM PERÍODOS LETIVOS TEMPO MÍNIMO: 10 TEMPO MÁXIMO: 15									
1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	9º Período	10º Período
Metod. do Trab. Científico (4) 1404195	Teorias da Ling. I (4) 1404205	Teorias da Ling. II (4) 1404206	Pesq. Ap. ao Ens. de Línguas Estrangeiras (4) 1404207	Líng. (4) GDL S0024	Est. Pragmáticos em Línguas Estrangeiras (4) 1404209	Prát. de Leitura e Prod. textual em L. Francesa I (4) 1404256	Prát. de Leitura e Prod. textual em L. Francesa II (4) 1404257	Disciplina Optativa (4)	Disciplina Optativa (4)
Ling. Francesa (Básico) I (4) 1404188	Ling. Francesa (Básico) II (4) 1404247	Ling. Francesa (Básico) III (4) 1404248	Ling. Francesa (Interm.) I (4) 1404249	Ling. Francesa (Interm.) II (4) 1404250	Ling. Francesa (Interm.) III (4) 1404251	Ling. Francesa Avançada I (4) 1404252	Ling. Francesa Avançada II (4) 1404253	Tópicos Especiais (4)	Disciplina Optativa (4)
Cultura dos Povos de L. Francesa (4) 1404194	Fonética e Fonologia da L. Francesa I (4) 1404254	Fonética e Fonologia da L. Francesa II (4) 1404255	Literatura Francesa I (4) 1404258	Literatura Francesa II (4) 1404259	Literatura Francesa III (4) 1404260	Literatura Francesa IV (4) 1404261	Literatura Francesa V (4) 1404262	Tópicos Especiais (4)	Disciplina Optativa (4)
Int. aos Est. Lit. de Línguas Estrangeiras (4) 1404189	Teoria Literária I (4) 1404211	Teoria Literária II (4) 1404212	Política Educac. (4) 1303208	Introdução aos Estudos de Tradução (4) 1404210	Estágio Superv. II (4) GDL EX0100	Estágio Superv. IV (4) GDL EX0102	Literaturas de Exp. Francesa (4) 1404263	Estágio Superv. VII (4) 1404276	TCC (4) 1404213
Fund. Antropo- filos. da Educacão (4) 1303125	Fund. Soc. His. da Educacão (4) 1301200	Fund. Psicol. da Educacão (4) 1301201	Didática (4) 1302105	Estágio Superv. I (4) 1404240	Estágio Superv. III (4) GDL EX0101	Estágio Superv. V (4) 1404274	Estágio Superv. VI (4) 1404275	<div> <div> TOPICOS ESPECIAIS ... são conteúdos complementares flexíveis, atividades livres, tais como atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, participação em eventos, apresentação de trabalhos acadêmicos, estágio não-obrigatório, disciplinas de áreas a fins. (Cf. Portaria UEPB - PROG/Nº. 25/2011) </div> </div>	

Anexo I

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM
LETRAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO
DE CURSO**

MAIO DE 2006

ÍNDICE

1. Identificação do Curso
2. Apresentação
3. Histórico do Curso de Letras
4. Justificativa
5. Marco Teórico e Metodologia
6. Objetivos do Curso
7. Perfil do Aluno Egresso do Curso de Letras
8. Habilidades e Competências do Profissional de Letras
9. Campo de Atuação do Profissional de Letras
10. Caracterização da Estrutura do Projeto Político-Pedagógico
11. Composição Curricular do Curso
 - a. Habilitação em Língua Portuguesa
 - b. Habilitação em Língua Inglesa
 - c. Habilitação em Língua Francesa
 - d. Habilitação em Língua Espanhola
12. Fluxogramas das Habilitações do Curso de Letras
 - a. Habilitação em Língua Portuguesa
 - b. Habilitação em Língua Inglesa
 - c. Habilitação em Língua Francesa
 - d. Habilitação em Língua Espanhola
13. Matriz Curricular do Curso de Letras
 - a. Habilitação em Língua Portuguesa
 - b. Habilitação em Língua Inglesa
 - c. Habilitação em Língua Francesa
 - d. Habilitação em Língua Espanhola
14. Ementário
 - a. Habilitação em Língua Portuguesa
 - b. Habilitação em Língua Inglesa
 - c. Habilitação em Língua Francesa
 - d. Habilitação em Língua Espanhola
15. Sistemática de concretização do projeto político-pedagógico.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

Identificação: Curso de Graduação em Letras

Modalidade:

- **Licenciatura em Letras**
- Habilitação em Língua Portuguesa
- Habilitação em Língua Inglesa
- Habilitação em Língua Francesa
- Habilitação em Língua Espanhola

Turno: Manhã e Noite

Regime Acadêmico: créditos

Tempo para integralização curricular

	Diurno	Noturno
Mínimo	08 (oito) períodos letivos	10 (dez) períodos letivos
Máximo	12 (doze) períodos letivos	15 (quinze) períodos letivos

Limite de Créditos por Período Letivo

	Diurno	Noturno
Mínimo	08 (oito) créditos	08 (oito) créditos
Máximo	32 (trinta e dois) créditos	28 (vinte e oito) créditos

Carga Horária Total

- **Licenciatura: 2.880 horas/ aula ou 192 créditos.**
- Habilitação em Língua Portuguesa: 2.880 horas/ aula ou 192 créditos.
- Habilitação em Língua Inglesa: 2.880 horas/ aula ou 192 créditos.
- Habilitação em Língua Francesa: 2.880 horas/ aula ou 192 créditos.
- Habilitação em Língua Espanhola: 2.880 horas/ aula ou 192 créditos.

Base Legal:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96
- Resolução CNE/CES nº 4 de 08 de março de 2004;
- Resoluções nº 04/2004 e 34/2004 do CONSEPE;
- Diretrizes de Letras Portaria nº 280 de 30.01.02, publicada no D.O. de 01.02.02
- Parecer CES 492 de 2001.

2. APRESENTAÇÃO

Os atuais estágios de desenvolvimento sócio–culturais e os termos da legislação em vigor – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – encaminham as Instituições de Ensino Superior, em particular, os Cursos de Licenciatura, para uma urgente reformulação de seus princípios filosóficos, teóricos e metodológicos. Colocar em prática tais princípios significa: primeiro, agir com e para uma prática educativa de qualidade, voltada para um mundo cada vez mais exigente, sob todos os aspectos; segundo, viabilizar um processo de constantes discussões que propicie avanços significativos, para que mudanças aconteçam e se consolidem.

Com o objetivo geral de adequar o Curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, a todos estes processos de mudanças sócio–culturais e institucionais, apresentamos este projeto Político Pedagógico como resultado concreto de discussões com todos os segmentos da comunidade universitária ligados ao citado curso.

Ao estabelecer uma relação indissociável entre a formação do aluno cidadão e o conhecimento e prática de uma concepção ampla de linguagem, o profissional de Letras, deverá, ao concluir sua formação superior, estar apto a se posicionar, promover discussões e reformulações, criar novas experiências nas suas diferentes realidades, de acordo com suas possibilidades e especificidades, em diferentes situações que, evidentemente, dependem da utilização de diferentes recursos lingüísticos.

Salientamos que já estamos tentando colocar em prática algumas das idéias que permeiam este documento, através das reformulações que já foram concretizadas, estando, dessa forma, contribuindo para a formação de um novo perfil dos alunos do Curso de Letras.

3. HISTÓRICO DO CURSO DE LETRAS

O Curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba teve sua autorização de funcionamento publicada no Diário Oficial de 29/05/1952 e o seu reconhecimento através do Decreto nº 38.146, em 25 de outubro de 1955, publicado no D.O. de 07/11/1955. Em 1960, com a federalização da Universidade da Paraíba, a Faculdade de Filosofia passou a ser o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, através da Resolução nº 09 da Reitoria. A partir de 1974, os institutos foram agrupados em Centros, tendo o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas passado a constituir o Centro de Ciências Humanas Letras e Artes.

O Curso de Letras teve sua atual estrutura curricular estabelecida pela Resolução nº 25/74 do CONSEPE, com uma pequena alteração através da Resolução nº 25/78 desse mesmo órgão.

Desde a sua criação, essa estrutura curricular sofreu pequenas alterações internas –

formuladas nos departamentos – mediante o acréscimo de algumas disciplinas e o remanejamento de outras.

Atualmente, o Curso de Letras realiza a formação de profissionais em três habilitações, sob a responsabilidade maior de dois Departamentos: o Departamento de Letras Clássicas e Vernácula (DLCV) e o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM). As habilitações encontram-se assim distribuídas:

- Habilitação I – Língua Vernácula – DLCV
- Habilitação II – Língua Vernácula e Língua Estrangeira (Inglês ou Francês) – DLCV e DLEM
- Habilitação III – Língua Estrangeira (Inglês ou Francês) – DLEM
- Habilitação em Língua Alemã encontra-se atualmente desativada.

4. JUSTIFICATIVA

Os Cursos de Licenciatura, e o de Letras em particular, cujo objetivo principal tem sido formar professores que atuarão nas escolas de ensino fundamental e médio, têm sido alvos de constantes críticas, tanto de educadores e pesquisadores da área quanto dos próprios alunos. As críticas mais contundentes giram em torno de uma característica comum à maioria desses cursos: a distância que os separa da realidade social.

Decorridos mais de cinquenta anos desde a sua criação, o Curso de Letras da UFPB, mesmo com as alterações introduzidas visando ao seu aperfeiçoamento, continua questionando sua capacidade de formar profissionais que atendam às mudanças ocasionadas pelo processo histórico- social do país.

Há quase uma década, atendendo ao edital nº 04/97 do MEC – que convoca as Instituições de Ensino Superior para reverem os seus currículos e construírem os seus projetos político- pedagógicos (PPP), com a finalidade de se adequarem à nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – professores do DLCV e do DLEM se reuniram e, à época, como atividade de greve, traçaram uma primeira versão do PPP do Curso de Letras, apoiados nas propostas de reformulação do MEC. Com a volta às aulas, foi criada uma comissão composta por professores dos dois citados Departamentos e um representante dos alunos para dar continuidade ao trabalho iniciado.

Essa comissão passou a se reunir uma vez por semana para discutir o currículo atual e propor as mudanças necessárias. Nos dias 01 e 02 de junho de 1999, por ocasião da Assembléia do Curso de Letras, a comissão apresentou o resultado de seu trabalho que até aquele momento tomou por base as Diretrizes Curriculares do MEC para os Cursos de Licenciatura. Dessa assembléia, saíram várias sugestões que foram acatadas pela comissão.

Em 2000 e 2001, mais uma vez a comissão se viu obrigada a mudar o curso de seu trabalho em função das novas exigências advindas do MEC e das próprias discussões acumuladas no interior da UFPB acerca dos Cursos de Licenciatura. O Parecer CES 492/2001 que define as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras foi transformado em Portaria apenas em 01 de janeiro de 2002 (Portaria nº 280, publicada no D.O. em 01/02/02). Novas mudanças se impunham, além daquelas que estavam para ser protagonizadas em 2003, a partir de novas medidas do MEC acerca da Prática de Ensino e do Estágio Supervisionado, alterando radicalmente a sistemática de elaboração do PPP.

No âmbito da UFPB, após reuniões, encontros, discussões, promovidas pela PRG com a participação de Centros, Departamentos e Cursos envolvidos com as Licenciaturas, chegou-se à formulação da Resolução nº 04/2004 do CONSEPE, que define a base curricular para a formação pedagógica. A partir desse marco, as dificuldades enfrentadas pela comissão responsável pelo PPP de Letras foram circunscritas ao âmbito de decisões internadas do DLCV e DLEM, responsáveis pela formação do profissional de Letras no que diz respeito aos conteúdos específicos.

Essa versão final, portanto, é resultado de um esforço coletivo a partir do qual pode ser contada a história de mais de uma década do Curso de Letras. A necessidade de uma revisão de sua estrutura curricular já se fazia sentir há algum tempo. O dia-a-dia do Curso de Letras demonstra que o seu fazer não mais corresponde àquela formulação datada de 1974. As mudanças nos paradigmas da Lingüística e do ensino de Língua, da Crítica Literária, da História da Literatura e do ensino da Literatura fazem-se repercutir no interior do Curso de Letras, necessitando, portanto, serem consolidadas em seu projeto oficial.

Dentre as mudanças apresentadas encontra-se a proposta de inclusão de mais uma Habilitação: a Habilitação em Língua Espanhola, a ser oferecida no turno da manhã. Essa habilitação vem atender aos anseios da comunidade acadêmica de Letras, que há mais de dez anos espera pela sua implantação, e vem também cumprir a Lei nº 11.161 (Anexo), sancionada pelo Presidente da República em 5 de agosto de 2005, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola como oferta obrigatória na escola. Na realidade, o DLEM tem recebido solicitações inclusive da Secretária Estadual de Educação que se rescente em seus quadros de profissionais que possam atuar como professores de Língua Espanhola, quando, por decisão do MEC, os alunos da rede pública deveriam ter acesso na escola ao ensino dessa língua.

Outra mudança significativa diz respeito à oferta de vagas no ingresso via PSS: por essa proposta, o aluno já terá que optar por uma habilitação quando da sua inscrição no processo seletivo, visto que as vagas serão alocadas por habilitação.

5. MARCO TEÓRICO E METODOLOGIA

Instigado a responder a linguagens cada vez menos tradicionais, o pensamento humano rearticula-se segundo novas posturas e novos modelos. Respeitando e incorporando a tradição cultural, além de ampliá-la num leque de interfaces multiculturais e digitais, o conhecimento acadêmico redimensiona-se através de novos conceitos, novos procedimentos, novas linguagens e de novas realidades.

Em face de tais dados, faz-se necessário rever princípios teóricos e práticos que norteiam o estudo da língua e da literatura como objetos imanentes às próprias estruturas. Um caleidoscópio de valores educativo-político-histórico-culturais se apresenta como premência para o redimensionamento das relações entre homem-realidade através da tríade homem-linguagem- sociedade.

A leitura de novos mundos vem acoplada ao domínio reflexivo de e sobre novas técnicas de abordagem do objeto de estudo. Assim sendo, a prática docente hoje se insere numa revisão de posturas até então cristalizadas por certezas de um certo pensamento que se estruturava sobre determinados princípios teóricos e práticos. Com o advento de realidades ciberculturais, multidisciplinares e intersígnicas, com os avanços de formas de pensar e refletir alicerçadas nos novos preceitos da linguagem e nas novas conquistas da realidade, a revisão crítica dos instrumentos de estudo, de pesquisa e de prática de aulas impõe-se como uma exigência social de adequação aos novos tempos e aos novos contextos e contornos do mercado, do sujeito e da sociedade.

A exclusividade de um pensamento embasado em moldes lógico-racionalistas hoje esbarra em novas formas de apreensão do objeto de estudo bem como em manifestações inesperadas da própria realidade. Mesmo no Curso de Letras, tradicionalmente voltado aos estudos do “verbo” em disciplinas como as de Lingüística, de Língua e de Literatura, a incorporação de elementos de expressão não exclusivamente verbais, ao seu conteúdo programático e à vivência prática e cotidiana do alunado, coloca-se como resposta frontal à reprodução de modelos mecanicistas e puramente verbais. Hoje, língua, lingüística e literatura estão permeadas pela produção de teorias e práticas incorporadas e/ou vinculadas a expressões culturais, pedagógicas e históricas transversais.

Desta forma, a graduação em Letras passa a constituir um permanente espaço crítico- reflexivo de produção de linguagens renovadas, quer na prática, quer na teoria, a fim de atender à pluralidade de idéias científicas e artísticas da comunidade à qual se dirige e pela qual se constitui. Para tanto, faz-se necessário:

- fazer da graduação em Letras um espaço crítico de reflexão permanente, de respeito à pluralidade de idéias;

- rever os princípios teóricos que concebem o estudo da língua como algo puramente intrínseco e imanente à sua estrutura, incorporando uma nova mentalidade, em que a relação homem-linguagem-sociedade seja respeitada, permitindo, assim, uma concepção de texto e leitura num sentido pleno;
- repensar a prática docente, utilizando, de forma crítica, seus instrumentos de trabalho, novos métodos e tecnologias multiculturais, evitando a reprodução mecanicista de conteúdos e alterando significativamente a forma de enfoque das matérias ministradas;
- analisar o conhecimento histórico e teórico necessário para refletir sobre as condições, sob as quais a escrita se torna literatura.

6. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Licenciatura Plena em Letras, através de seu Projeto Político-Pedagógico, tem como objetivo geral e precípuo promover a formação de professores para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, cujas práticas estejam sintonizadas com as necessidades da sociedade.

Esta formação busca, especificamente, capacitar o aluno para:

1. refletir sobre a importância da linguagem na socialização humana, revendo os conceitos de “competência” e “habilidade”, no que eles remetem para o individualismo e o cumprimento técnico de determinadas tarefas;
2. refletir sobre a importância do domínio da linguagem (em suas várias formas de manifestação e registro) como fundamental não apenas para a interação social, mas também para o julgamento crítico das relações sociais e do contexto em que o aluno está inserido, capacitando-o para as atividades de ensino, pesquisa, visando a sua formação como agente produtor e não mero transmissor do conhecimento;
3. promover a extensão como forma de articular o ensino e a pesquisa com a realidade social da qual ele faz parte.
4. ler, analisar e produzir textos em diferentes linguagens, em diferentes variedades da língua e em diferentes contextos.
5. dominar um repertório representativo da literatura em língua portuguesa e ser capaz de estabelecer as relações de intertextualidade com a literatura universal;
6. desempenhar o papel de agente multiplicador, visando à formação de leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros.

Esses objetivos deverão ser considerados, para o seu detalhamento, em consonância com o perfil do aluno egresso de Letras.

7. PERFIL DO ALUNO EGRESSO DO CURSO DE LETRAS

A sociedade brasileira atual exige do graduado em Letras uma atuação social e profissional comprometida com a construção da consciência de cidadania. A multiplicidade de papéis que o graduando em Letras exerce ou pode vir a exercer solicita, além do compromisso ético, fundamentado em princípios humanísticos, um compromisso com a construção e reconstrução do conhecimento, capaz de fomentar a própria reflexão acerca dessa sociedade. Para tanto, o graduando em Letras deverá demonstrar capacidade de perceber que a complexidade da sociedade manifesta-se através de diferentes formas e modos de linguagem, correspondentes a diferentes interesses em constantes confrontos e conflitos, em relação aos quais o cidadão deverá se posicionar. Além disso, ele deverá ser capaz não apenas de dominar os recursos da língua falada e da língua escrita, mas também de desempenhar o papel de multiplicador, capacitando as pessoas para a mesma proficiência lingüística.

Para atender a essas demandas, o perfil do graduando em Letras deverá incluir:

- a. conhecimentos teóricos e descritivos básicos dos componentes fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo da língua portuguesa/estrangeira, nas perspectivas sincrônica e diacrônica;
- b. domínio de diferentes noções de gramática e (re)conhecimento das variedades lingüísticas existentes, bem como nos vários níveis e registros de linguagem;
- c. capacidade de compreender os fatos da língua e de conduzir investigações de língua e de linguagem que possam ser aplicadas a problemas de ensino e de aprendizagem de língua materna/estrangeira;
- d. conhecimento ativo e crítico de um repertório representativo de literatura em língua portuguesa/estrangeira;
- e. domínio do conhecimento histórico e teórico necessário para refletir sobre as condições, sob as quais a escrita se torna literatura;
- f. capacidade de lidar, como professor, pesquisador e consultor, com as diferentes manifestações lingüísticas possíveis, sendo usuário, enquanto profissional, da norma padrão;
- g. capacidade de analisar o texto literário, adotando uma postura crítica e reflexiva sobre a construção da linguagem e da arte.
- h. capacidade de desempenhar o papel de multiplicador, formando leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros lingüísticos, e fomentando o desenvolvimento de habilidades lingüísticas, culturais e estéticas;
- i. atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento na área e utilização de novas tecnologias.

- j. ter consciência das variedades lingüísticas e culturais.
- k. ser capaz de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente.
- l. capacidade de articular-se no eixo pesquisa, ensino e extensão.

8. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL DE LETRAS

O aluno do Curso de Licenciatura em Letras deverá ultrapassar o significado intrínseco de individualismo que os conceitos de “competência e habilidade” carregam. Dessa forma, o Curso objetiva capacitar o futuro Licenciado com as seguintes aptidões:

- a) fazer a apreciação, a leitura e a produção de diversos tipos de textos em suas várias formas de apresentação;
- b) articular as diferentes linguagens através da produção e da leitura competente de enunciados diversos, através da pesquisa de informações lingüísticas, literárias e culturais;
- c) relacionar e demonstrar as peculiaridades das modalidades não-padrão da língua com as peculiaridades da norma culta;
- d) interpretar as obras literárias de forma crítica, tanto através de uma leitura imanente como apoiado por outras obras literárias, históricas, obras críticas e de teoria da literatura;
- e) estabelecer e discutir as relações dos discursos literários com outros tipos de discurso e com os contextos nos quais foram produzidos, articulando o texto literário, as suas condições de produção e os discursos dominantes com as abordagens contemporâneas;
- f) compreender e analisar as peculiaridades dos diferentes gêneros literários e registros lingüísticos, descrevendo os processos de elaboração que o levaram àquela interpretação.
- g) ter preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho.
- h) saber utilizar os recursos da informática.
- i) ter domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio.
- j) ter domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para aos diferentes níveis de ensino.

9. CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE LETRAS

- a) Magistério do Ensino Fundamental e Médio, cursos livres, aulas particulares e de reforço, magistério superior (como auxiliar de ensino), ensino instrumental;
- b) Redação, pela produção e/ou revisão de textos, copidesque, editoração;
- c) Terminologia;
- d) Tradução;

- e) Pesquisa;
- f) Turismo.

O Curso de Letras também poderá oferecer formação complementar para outros domínios do conhecimento, através de áreas de aprofundamento.

10. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Considerando o perfil do profissional de Letras anteriormente proposto e objetivando proporcionar aos alunos do Curso de Licenciatura Plena em Letras condições para ser um profissional participativo, reflexivo, autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres, preparado para o ensino de língua e literatura vernácula e /ou línguas e literaturas estrangeiras, apresentamos propostas de conteúdos curriculares que, em observância à Resolução nº 34/2004 do CONSEPE, são agrupados em:

1. Conteúdos Básicos Profissionais

- a. Conteúdos específicos de línguas (vernácula e estrangeira) e literaturas (vernácula e estrangeira)
- b. Formação Pedagógica
- c. Estágio Supervisionado de Ensino.

2. Conteúdos Complementares

- a. Obrigatórios – Conteúdos de fundamentação teórica em línguas (vernácula e estrangeiras) e literaturas (vernácula e estrangeira); Metodologia do Trabalho Científico, Pesquisa Aplicada ao Ensino de Línguas (vernácula e estrangeiras) e Literaturas (vernácula e estrangeira) e o Trabalho de Conclusão do Curso;
- b. Optativos – Conteúdos que possibilitam ao aluno uma escolha profissional adequada e uma ampliação de seus horizontes de conhecimento.
 - i. Gerais – Conteúdos das áreas do curso – Língua, Lingüística, Estudos Clássicos e Literatura.

- ii. Da Formação Pedagógica – Conteúdos que ampliam a formação pedagógica do aluno.
- c. Flexíveis - Conteúdos responsáveis pelos eixos de aprofundamento nas diversas áreas do curso – Língua, Lingüística, Estudos Clássicos e Literatura.

COMPOSIÇÃO CURRICULAR

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

HABILITAÇÃO EM LÍNGUA FRANCESA

Conteúdos Curriculares	Carga Horária	Créditos	%
1. Conteúdos Básicos Profissionais	1860	124	64,58%
1.1. Conteúdos Básicos Profissionais	1140	76	39,58%
1.2. Formação Pedagógica	300	20	10,26%
1.3. Estágio Supervisionado	420	28	14,74%
2. Conteúdos Complementares	1020	68	35,41%
2.1. Conteúdos Complementares Obrigatórios	660	44	22,91%
2.2. Conteúdos Complementares Optativos			
2.2.1. Gerais	120	8	4,166...%
2.2.2. da Formação Pedagógica	120	8	4,166... %
2.3 Conteúdos Complementares Flexíveis	120	8	4,166...%
TOTAL	2880	192	100%

COMPOSIÇÃO CURRICULAR

CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

HABILITAÇÃO EM LÍNGUA FRANCESA

1. Conteúdos Básicos Profissionais			
1.1 Conteúdos Básicos Profissionais			
Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
Cultura dos Povos de Língua Francesa	04	60	Nenhum
Língua Francesa Nível Básico I	04	60	Nenhum
Língua Francesa Nível Básico II	04	60	Língua Francesa Nível Básico I
Língua Francesa Nível Básico III	04	60	Língua Francesa Nível Básico II
Língua Francesa Nível Intermediário I	04	60	Língua Francesa Nível Básico III
Língua Francesa Nível Intermediário II	04	60	Língua Francesa Nível Intermediário I
Língua Francesa Nível Intermediário III	04	60	Língua Francesa Nível Intermediário II
Língua Francesa Nível Avançado I	04	60	Língua Francesa Nível Intermediário III
Língua Francesa Nível Avançado II	04	60	Língua Francesa Nível Avançado I
Fonética e Fonologia da Língua Francesa I	04	60	Nenhum
Fonética e Fonologia da Língua Francesa II	04	60	Fonética e Fonologia da Língua Francesa I
Prática de Leitura e Produção de Textos em Língua Francesa I	04	60	Nenhum
Prática de Leitura e Produção de Textos em Língua Francesa II	04	60	Prática de Leitura e Produção de Textos em Língua Francesa I
Literatura Francesa I	04	60	Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II
Literatura Francesa II	04	60	Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II
Literatura Francesa III	04	60	Introdução aos Estudos

			Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II
Literatura Francesa IV	04	60	Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II
Literatura Francesa V	04	60	Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II
Literaturas de Expressão Francesa	04	60	Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II
TOTAL	76	1140	

1.2 Formação Pedagógica			
Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
Fundamentos Antropo-Filosóficos da Educação	04	60	Nenhum
Fundamentos Sócio-Históricos da Educação	04	60	Nenhum
Fundamentos Psicológicos da Educação	04	60	Nenhum
Política Educacional	04	60	Nenhum
Didática	04	60	Nenhum
TOTAL	20	300	

1.3 Estágio Supervisionado			
Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
Estágio Supervisionado I	04	60	Nenhum
Estágio Supervisionado II	04	60	Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado III	04	60	Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado IV	04	60	Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado V	04	60	Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado VI	04	60	Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado VII	04	60	Estágio Supervisionado I
TOTAL	280	420	

2. Conteúdos Complementares			
2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios			
Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
Metodologia do Trabalho Científico	04	60	Nenhum
Teorias da Lingüística I	04	60	Nenhum
Teorias da Lingüística II	04	60	Teorias da Lingüística I
Pesquisa Aplicada ao Ensino de Línguas Estrangeiras	04	60	Nenhum
Estudos Semânticos em Língua Estrangeira	04	60	Nenhum
Estudos Pragmáticos em Língua Estrangeira	04	60	Nenhum
Introdução aos Estudos da Tradução	04	60	Nenhum
Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras	04	60	Nenhum
Teoria Literária I	04	60	Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras
Teoria Literária II	04	60	Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras e Teoria Literária I

Trabalho de Conclusão de Curso	04	60	Nenhum
TOTAL	44	660	

2.2 Conteúdos Complementares Optativos (Mínimo de 16 créditos/ carga horária - 240 horas, sendo 08 créditos dentre os Conteúdos Complementares Gerais e 08 créditos dentre os Conteúdos Complementares da Formação Pedagógica)

2.2.1 Conteúdos Complementares Optativos Gerais (Mínimo de 08 créditos/ carga horária - 120)

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
História da Língua Francesa	04	60	Nenhum
A Programação Neurolinguística e o Ensino de Língua Estrangeira	04	60	Nenhum
Mulher e Literatura	04	60	Nenhum
Tradução Poética	04	60	Nenhum
TOTAL	74	1110	

2.2 Conteúdos Complementares Optativos (Mínimo de 16 créditos carga horária - 240 horas, sendo 08 créditos dentre os Conteúdos Complementares Gerais e 08 créditos dentre os Conteúdos Complementares da Formação Pedagógica)

2.2.2 Conteúdos Complementares Optativos da Formação Pedagógica (Mínimo de 08 créditos/ carga horária - 120 horas)

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
Eixo Temático I: Pressupostos Antropo-filosóficos, Sócio-Históricos e Psicológicos da Educação			
Economia da Educação	04	60	Nenhum
Fundamentos da Administração da Educação	04	60	Nenhum
Educação Sexual	04	60	Nenhum
Fundamentos Biológicos da Educação	04	60	Nenhum
Antropologia da Educação	03	45	Nenhum
Eixo Temático II: Pressupostos Sócio-Políticos e Pedagógicos da Educação			
Planejamento e Gestão Escolar	04	60	Nenhum
Currículo e Trabalho Pedagógico	04	60	Nenhum
Pesquisa e Cotidiano Escolar	04	60	Nenhum
Educação e Inclusão Social	03	45	Nenhum
Eixo Temático III: Pressupostos Didático-Methodológicos e Sócio-educativo da Educação			
Avaliação da Aprendizagem	04	60	Nenhum
Seminário de Problemas Atuais em Educação	04	60	Nenhum

Alfabetização de Jovens e Adultos: Processos e Métodos	04	60	Nenhum
Educação e Movimentos Sociais	04	60	Nenhum
Introdução aos Recursos Audiovisuais em Educação	04	60	Nenhum
Seminário de Educação Ambiental	04	60	Nenhum
TOTAL	58	870	

2.3 Conteúdos Complementares Flexíveis (Mínimo de 08 créditos/ carga horária - 120)			
Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
Tópicos Especiais em Língua Francesa	04	60	Teorias da Lingüística I e Teorias da Lingüística II
Tópicos Especiais em Lingüística	04	60	Teorias da Lingüística I e Teorias da Lingüística II
Tópicos Especiais em Tradução	04	60	Teorias da Lingüística I e Teorias da Lingüística II
Tópicos Especiais em Literatura Francesa	04	60	Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II
Tópicos Especiais em Literaturas de Expressão Francesa	04	60	Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II
TOTAL	20	300	

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Aprofundamento no estudo de literatura norte-americana.

EMENTAS DAS DISCIPLINAS DA HABILITAÇÃO EM LÍNGUA FRANCESA

1. CONTEÚDOS BÁSICOS PROFISSIONAIS

CULTURA DOS POVOS DE LÍNGUA FRANCESA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Introdução à história e cultura dos povos de língua francesa. Relação entre cultura e sociedade. Diálogo entre produção e consumo de cultura. Relações interdisciplinares: história, literatura e cultura dos povos de língua francesa.

LÍNGUA FRANCESA NÍVEL BÁSICO I

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Estudo das estruturas simples da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.

LÍNGUA FRANCESA NÍVEL BÁSICO II

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Língua Francesa Nível Básico I

Ementa: Aprimoramento das estruturas simples da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.

LÍNGUA FRANCESA NÍVEL BÁSICO III

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Língua Francesa Nível Básico II

Ementa: Consolidação das estruturas simples da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.

LÍNGUA FRANCESA NÍVEL INTERMEDIÁRIO I

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Língua Francesa Nível Básico III

Ementa: Introdução ao estudo das estruturas complexas da Língua Francesa em seus aspectos

morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.

LÍNGUA FRANCESA NÍVEL INTERMEDIÁRIO II

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Língua Francesa Nível Intermediário I

Ementa: Aprimoramento do estudo das estruturas complexas da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.

LÍNGUA FRANCESA NÍVEL INTERMEDIÁRIO III

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Língua Francesa Nível Intermediário II

Ementa: Consolidação do estudo das estruturas complexas da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.

LÍNGUA FRANCESA NÍVEL AVANÇADO I

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Língua Francesa Nível Intermediário III

Ementa: Aprofundamento do estudo das estruturas complexas da Língua Francesa em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.

LÍNGUA FRANCESA NÍVEL AVANÇADO II

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Língua Francesa Nível Avançado I

Ementa: Utilização das aquisições lingüístico-culturais no estudo contrastivo da língua, através de tradução/versão de textos, contemplando a formação didático-pedagógica necessária do futuro docente.

FONETICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA FRANCESA I

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Noções e definições preliminares pertinentes ao fonetismo do francês. Estudo dos fonemas da língua francesa em contraste com o sistema fonológico do português. Estudo dos fatos prosódicos mais relevantes e transcrição fonética.

FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA FRANCESA II

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Fonética e Fonologia da Língua Francesa I

Ementa: Estudo sistemático da fonética e fonologia da língua francesa e as implicações no ensino e aprendizagem do francês como língua estrangeira. Prática de correção fonética.

PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL EM LÍNGUA FRANCESA I

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Estudo da natureza da leitura e da produção textual, em termos de operações cognitivas, determinantes socioculturais relevantes, mecanismos textuais-discursivos envolvidos, de modo a promover uma reflexão crítica sobre novas formas de abordar o desenvolvimento dessas competências na construção dos sujeitos leitores-produtores de textos.

PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL EM LÍNGUA FRANCESA II

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Prática de Leitura e Produção Textual em Língua Francesa I

Ementa: Estudo dos gêneros acadêmicos escritos com ênfase na aplicação da teoria dos gêneros textuais. Teoria e prática de produção de gêneros textuais acadêmicos visando o ato de ler e o de escrever como uma possibilidade ampla de se estabelecer relações entre textos e contextos, entre produção e leitura.

LITERATURA FRANCESA I

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II

Ementa: Introdução ao estudo da literatura francesa desde sua formação até o século XVI.

LITERATURA FRANCESA II

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II.

Ementa: Estudo da literatura francesa dos séculos XVII e XVIII com base no teatro clássico e nos enciclopedistas.

LITERATURA FRANCESA III

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II

Ementa: Estudo da literatura francesa do século XIX.

LITERATURA FRANCESA IV

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II

Ementa: Estudo da literatura francesa do século XX.

LITERATURA FRANCESA V

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II

Ementa: Estudo da literatura francesa dos anos 70 à época contemporânea.

LITERATURAS DE EXPRESSÃO FRANCESA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras, Teoria Literária I e Teoria Literária II

Ementa: Estudo da literatura francófona: Quebec, África, Caribe, Guiana Francesa

1.2 FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

FUNDAMENTOS ANTROPO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Estudo dos saberes teóricos, do surgimento das idéias, do pensamento e das linguagens que dão suporte a ações substanciais que orientam processos de ensino-aprendizagem.

FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Estudo da contribuição das ciências sociais e humanas para a compreensão do fenômeno educativo e sua aplicação no processo de formação do educador.

FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Estudo dos saberes teóricos sobre o desenvolvimento psicológico e a aprendizagem humana aplicados ao processo de ensino-aprendizagem.

POLÍTICA EDUCACIONAL

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: O campo de estudo da disciplina e seu significado na formação do educador. A política, a legislação e as tendências educacionais para a Educação Básica, no contexto das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade brasileira. Políticas para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio no Brasil e, particularmente, na Paraíba, a partir da nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Modelos organizacionais de escola e formas de gestão. Princípios e características da gestão escola participativa. Práticas organizacionais e administrativas na escola. Gestão educacional e desafios do cotidiano escolar. Profissionais da educação: formação, carreira e organização política.

DIDÁTICA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: A didática e suas dimensões político-social, técnica humana e as implicações no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem; O objeto da didática; Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da didática; Tendências pedagógicas e a didática; Planejamento de ensino; O ato educativo e a relação professor-aluno.

1.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE ENSINO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Análise e história do termo, paradigmas de investigação, pressupostos teóricos e metodológicos. A Linguística Aplicada no Brasil. Estudos atuais referentes à língua materna e estrangeira.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: Estágio Supervisionado I

Ementa: Definição e áreas de interesse; influência das teorias lingüísticas e psicológicas no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras; abordagens e estratégias metodológicas aplicadas ao ensino de Língua Francesa.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisitos: Estágio Supervisionado I

Ementa: O curso de Avaliação da Aprendizagem em Língua Estrangeira objetiva familiarizar o participante com os princípios teóricos e práticos básicos do processo de avaliação da aprendizagem de línguas estrangeiras permitindo uma reflexão sobre as mais diversas formas de avaliação do desempenho do aprendiz em uma língua estrangeira, como também a preparação do profissional do magistério para a elaboração, aplicação e correção de um instrumento de avaliação válido e confiável.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Carga Horária : 60

Créditos: 04

Pré-requisitos: Estágio Supervisionado I

Ementa: Análise dos princípios que fundamentam a "Linguística Aplicada à Língua Estrangeira". Estudos das interações face a face em comunidades de fala e suas repercussões quanto ao sistema de ensino de línguas. Fatores socio-culturais envolvidos no ato da fala. Reflexão e aplicação das teorias da oralidade e da escrita. A avaliação e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. Utilização de suportes pedagógicos e de documentos autênticos. Análise de alguns Métodos (e ou lições) de ensino de Língua Francesa e das metodologias de ensino-aprendizagem adotadas. Iniciação à perspectiva sócio-cultural.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisitos: Estágio Supervisionado I

Ementa: Iniciação à docência no Ensino Fundamental e intervenção no cotidiano escolar: Aplicação de conteúdos básicos de Língua Francesa e literatura em sala de aula (leitura, produção de texto e análise linguística).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisitos: Estágio Supervisionado I

Ementa: Iniciação à docência no Ensino Médio e intervenção no cotidiano escolar: Aplicação de conteúdos básicos de Língua Francesa e literatura em sala de aula (leitura, produção de texto e análise linguística).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VII

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisitos: Estágio Supervisionado I

Ementa: Iniciação à docência nos cursos livres e intervenção no cotidiano escolar: Aplicação de conteúdos básicos de Língua Francesa e literatura em sala de aula (leitura, produção de texto e análise linguística).

2. CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

2.1 CONTEÚDOS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Metodologia da pesquisa científica. O trabalho monográfico: orientação metodológica.

TEORIAS DA LINGÜÍSTICA I

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04
Pré-requisito: nenhum

Ementa: Delineamento da Lingüística enquanto ciência. Caracterização da natureza da lingüística e das gramáticas, a partir da discussão entre descrição e prescrição. Caracterização da natureza da língua e da linguagem. Conceitos básicos.

TEORIAS DA LINGÜÍSTICA II

Carga Horária: 60 horas
Créditos: 04
Pré-requisito: Teorias da Lingüística I

Ementa: Constituição de um quadro geral das linhas de investigação da lingüística, considerando a natureza e os recortes que estabelecem, de modo a compor seus objetos e suas metodologias, como possibilidade de referência para o profissional de Letras, tendo em vista o desafio da transdisciplinaridade.

PESQUISA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Carga Horária: 60 horas
Créditos : 04
Pré-requisito: nenhum

Ementa: Fundamentos gerais da pesquisa de campo: tipos de pesquisas e instrumentos. Pesquisa em sala de aula: elaboração de um plano de trabalho, realização da pesquisa em sala de aula e de relatório dessa pesquisa.

ESTUDOS SEMÂNTICOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Carga Horária: 60
Créditos: 04
Pré-requisito: nenhum

Ementa: Esta disciplina visa a iniciar o participante deste curso no mundo das teorias relativas à significação mediada pela linguagem. Trata-se de um trabalho que abrange não somente o léxico ou enunciados em uma dada língua, mas também fenômenos lingüísticos que corroboram a construção de sentidos. Aspectos sintáticos como também cognitivos e pragmáticos são levados em conta para exploração do processo de significação dos termos lingüísticos.

ESTUDOS PRAGMÁTICOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Carga Horária: 60
Créditos: 04
Pré-requisito: nenhum

Ementa: Introdução aos estudos pragmáticos da linguagem, i.e., uma análise de seu funcionamento em uso com especial atenção para o significado que resulta da intenção do enunciador. Exploração da teoria dos atos de fala, implicatura, pressuposição, referência e inferência, dêixis e discurso e cultura, entre outros. Breve exploração da análise da conversação e sua importância para os estudos pragmáticos da linguagem.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Carga Horária: 60
Créditos: 04 Pré-requisito: nenhum

Ementa: Estudos introdutórios da tradução: aspectos históricos e teóricos. Problemas lingüísticos, semânticos, contextuais e extra-textuais. Análise comparativa de traduções para o português e do português para a língua estrangeira. Prática de tradução.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Visão geral da linguagem literária e não literária. Teoria dos gêneros literários. Periodização. Leitura e interpretação de textos da literatura universal (poesia, drama e prosa), considerados relevantes para a formação em estudos literários.

TEORIA LITERÁRIA I

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras

Ementa: Diferentes cânones da criação poética. Elementos constitutivos do poema. Análise de poemas. Diferentes tipos de abordagem teórica.

TEORIA LITERÁRIA II

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: Introdução aos Estudos Literários de Línguas Estrangeiras e Teoria Literária I

Ementa: Teorias da narrativa. Elementos constitutivos da narrativa. As narrativas curtas. O romance. Diferentes tipos de abordagem teórica.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Elaboração do trabalho acadêmico científico.

2.2 CONTEÚDOS COMPLEMENTARES OPTATIVOS (MÍNIMO DE 08 CRÉDITOS/ CARGA HORÁRIA - 120)

2.2.1 CONTEÚDOS COMPLEMENTARES OPTATIVOS GERAIS

HISTÓRIA DA LÍNGUA FRANCESA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Esta disciplina visa delinear a evolução da Língua Francesa durante sua história, dando atenção tanto a fatores internos - sons e inflexões - como também a fatores externos - influências políticas, sociais e intelectuais que determinaram o percurso do desenvolvimento em diferentes períodos dessa língua.

A PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Definição e escopo da PNL (Programação Neurolingüística). Breve Histórico da PNL. Técnicas e pressupostos básicos. A linguagem do cérebro e o ensino de línguas. A PNL e o ensino de línguas estrangeiras. Sugestões e prática de atividades de PNL utilizadas na sala de língua estrangeiras.

MULHER E LITERATURA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Estudo e análise da produção literária das mulheres escritoras à luz da diversidade da crítica feminista. Seu enfoque pretende dar visibilidade à poética feminina, resgatar uma tradição de mulheres escritoras esquecidas e/ou negligenciadas ao longo da história e da tradição crítica literária.

TRADUÇÃO POÉTICA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Partindo da idéia de que o exercício da tradução pode ser encarado como uma modalidade de crítica literária, mais livre e mais criativa do que a convencional, o curso consiste na tentativa de transposição de uma língua à outra, de textos poéticos à escolha dos professores e dos alunos. Será parte essencial do curso um estudo (meta) comparativo de traduções, tanto o daquelas efetuadas durante o curso, como as alheias, isto feito se possível à luz de propostas teóricas sobre o assunto.

2.2.2. CONTEÚDOS COMPLEMENTARES OPTATIVOS DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

EIXO TEMÁTICO I: PRESSUPOSTOS ANTROPO-FILOSÓFICO, SÓCIO-HISTÓRICO E PSICOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Analisar as concepções da educação veiculadas pelos papéis que lhe são atribuídos e/ou negados pelo sistema econômico de produção, nos diferentes tempos e espaços sociais, e respectivas críticas.

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Contexto histórico da criação das teorias de administração. A racionalização do trabalho e a consolidação do capitalismo.

EDUCAÇÃO SEXUAL

Carga Horária: 45 horas

Créditos: 03

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Atitudes e valores com relação à educação sexual. A filosofia da educação sexual. Desenvolvimento psicosssexual: infância, adolescência e idade adulta. Educação sexual na família e na escola: metodologia e linguagem. Manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial. A evolução da educação sexual. Sexualidade e historicidade. A dimensão social da sexualidade.

FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Análise crítica dos fatores bióticos e abióticos sobre os processos comportamentais e educativos.

ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 45 horas

Créditos: 03

Pré-requisito: nenhum

Ementa: O fenômeno – educação dentro da cultura humana. As manifestações educacionais e as manifestações culturais. A escola como organização cultural complexa. Os elementos do processo educativo primário: a família, a escola, o Estado. O pensamento educacional no ocidente Platão e o Estado; e oriente: Rousseau e o homem natural; Dewey e a inteligência funcional; Pitágoras e Hermes Trimegisto Gurd Jieff e Castanêda.

EIXO TEMÁTICO II: PRESSUPOSTOS SÓCIO-POLÍTICO E PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Abordagem sociológica dos modelos organizacionais de Escola Pública. Planos, estruturas e regras organizacionais. Políticas, racionalidades e práticas administrativas escolares. O processo de tomada de decisão na escola. O papel do gestor escolar. Uso da autoridade e estilos de liderança. Autonomia das escolas. Educação, gestão democrática e participação popular. Orçamento e democracia. Cidadania na escola. Organização e funcionamento dos Conselhos Escolares. Avaliação de sistemas e instituições educacionais.

CURRÍCULO E TRABALHO PEDAGÓGICO

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Os diferentes paradigmas no campo do currículo: as tendências tradicionais, crítica e pós- crítica. O processo de seleção, organização e distribuição do conhecimento. O currículo, as normas e a política educacional brasileira. O currículo e a construção do projeto político-pedagógico no cotidiano da escola.

PESQUISA E COTIDIANO ESCOLAR

Carga

Horária:

60 horas

Créditos:

04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Impactos da pesquisa educacional sobre as práticas escolares. O espaço da pesquisa no cotidiano escolar. Profissão docente e epistemologia da prática. A/O educadora/educador- pesquisadora/pesquisador.

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Carga

Horária: 45

horas-aula

Créditos: 03

Pré-requisito: nenhum

Ementa: A noção de inclusão social e direitos humanos. Elementos constitutivos do sistema de exclusão/inclusão social: as pessoas, as instituições sociais. Desigualdade social e diversidade. Processo/produto da construção do conhecimento e inclusão social. Pertencimento social e relações sociais. Fundamentação teórica e metodológica da educação inclusiva. Práticas educacionais, estratégias de inclusão social. A inclusão como construção do indivíduo cidadão. Identidade pessoal, protagonismo social e construção do projeto de vida na escola. Educação inclusiva e políticas públicas.

EIXO TEMÁTICO III: PRESSUPOSTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICO E SÓCIO- EDUCATIVO DA EDUCAÇÃO

AValiação da Aprendizagem

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Concepções de educação e avaliação. Princípios ou pressupostos, funções, características e modalidades da avaliação. A prática da avaliação. Propostas alternativas de avaliação do processo ensino-aprendizagem. Avaliação e mecanismos intra-escolares: recuperação, reprovação, repetência e evasão.

SEMINÁRIO DE PROBLEMAS ATUAIS EM EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Estudo de problemas atuais em educação. Sua relação com o contexto sócio-econômico, cultural e político e seu entendimento com expressões de fenômenos da formação social brasileira.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROCESSOS E MÉTODOS

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: A concepção de analfabetismo e de alfabetização; a alfabetização: implicações teórico- metodológicas e políticas; leitura e escrita no processo de alfabetização e pós-alfabetização; movimentos de alfabetização de jovens e adultos na sociedade brasileira.

EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Os movimentos sociais como espaço educativo na formação da cidadania. A relação entre poder e saber no processo de construção e apropriação do conhecimento, no âmbito dos movimentos sociais. A questão da articulação da educação não-formal com o sistema formal de ensino e o papel dos movimentos sociais. As tendências e perspectivas da educação dos movimentos populares na realidade brasileira hoje. O caráter educativo e a especificidade do movimento sindical na atualidade brasileira.

INTRODUÇÃO AOS RECURSOS AUDIOVISUAIS EM EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Abordagem de um processo de comunicação educacional: o audiovisual (imagem fixa e ou sequência, combinada com fala ou música e/ou efeitos sonoros) desde sua perspectiva técnica (suporte físico) a aspectos de criação de imagem, de seqüenciação, de montagem da estrutura da mensagem e características de seu uso.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Contribuir para uma consciência crítica e criativa sobre as questões ambientais, entendendo-se como crítica, a compreensão da origem e a evolução dos problemas ambientais, considerando-se para tanto, os aspectos biológicos, físicos e químicos, bem como os sócio- econômicos, políticos e culturais. Dentro do atual contexto tecnológico, desenvolvendo a plena cidadania e conseqüentemente,

garantindo a qualidade de vida, utilizando para tanto o uso racional dos recursos naturais em benefício das gerações atuais e futuras.

2.3 CONTEÚDOS COMPLEMENTARES FLEXÍVEIS (MÍNIMO DE 08 CRÉDITOS/ CARGA HORÁRIA - 120)

TÓPICOS ESPECIAIS EM LÍNGUA FRANCESA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Aprofundamento no estudo de língua estrangeira.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGÜÍSTICA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Aprofundamento no estudo de lingüística.

TÓPICOS ESPECIAIS EM TRADUÇÃO

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Aprofundamento no estudo da tradução.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LITERATURA FRANCESA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Aprofundamento no estudo de literatura francesa.

TÓPICOS ESPECIAIS EM LITERATURAS DE EXPRESSÃO FRANCESA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Aprofundamento no estudo das literaturas de expressão francesa.

EMENTAS DAS DISCIPLINAS DA HABILITAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA

1. CONTEÚDOS BÁSICOS

PROFISSIONAIS CULTURA DOS

POVOS DE LÍNGUA ESPANHOLA

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Introdução à história e cultura dos povos de língua espanhola. Relação entre cultura e sociedade. Diálogo entre produção e consumo de cultura. Relações interdisciplinares: história, literatura e cultura dos povos de língua espanhola.

LÍNGUA ESPANHOLA NÍVEL BÁSICO I

Carga Horária: 60

Créditos: 04

Pré-requisito: nenhum

Ementa: Estudo das estruturas simples da Língua Espanhola em seus aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, fonológicos e pragmáticos, desenvolvendo habilidades compreensão e expressão oral e escrita.

LÍNGUA ESPANHOLA NÍVEL BÁSICO II

Carga Horária: 60